



**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFCH**  
**Escola de Serviço Social- ESS**  
**Coordenação de Pós- Graduação**

**Débora Santos**

**A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo  
globalizado**

Rio de Janeiro, 25 Fevereiro de 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Débora Santos**

**A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo  
globalizado**

Dissertação apresentada à Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço  
Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria de Fatima Cabral  
Marques Gomes

Rio de Janeiro, 25 Fevereiro de 2010



## **A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo globalizado**

Dissertação apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Orientadora:** Profa.. Dra. Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

Data de aprovação:

\_\_\_/\_\_\_/2010

Banca Examinadora:

---

Profa.. Dra. Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

---

Profa. Dra. Maria José de Souza Barbosa (UFPA)

---

Prof. Dr. Marildo Menegat (UFRJ)

---

Profa. Dra. Lenise Fernandes (UFRJ) - Suplente

---

Prof. Dr. Fernando Leitão Júnior (UFVJM)- Suplente

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha orientadora Fatima Cabral, pelo exemplo de profissionalismo na vida acadêmica e dedicação excepcional na docência, e acima de tudo pelos constantes “puxões de orelha”; pela sabedoria em saber respeitar o meu tempo de amadurecimento e descoberta; pelos apoios, principalmente quando o desânimo quis ser mais forte que minha vontade de finalizar tal dissertação. Graças a sua sabedoria, em saber dosar a cobrança e a espera, cheguei ao final de mais uma etapa da minha vida. Muito obrigada.

O meu muito obrigada ao professor Marildo Menegat por enriquecer a Escola de Serviço Social da UFRJ com sua inteligência. Em especial, a disciplina que ministrou no mestrado, Tópicos Especiais em Teoria Social, responsável pelo meu amadurecimento e entendimento sobre a importância da formação social, cultural, política e econômica do Brasil.

Não menos importante será o meu “muito obrigada” a mulher mais importante da minha vida: minha mãe. Exemplo de amor, perseverança e luz em minha vida. Desculpe por muitas vezes ter abdicado das suas vontades para realizar as minhas, amo você. Obrigada pelas inúmeras pesquisas que realizou na internet.

Ao meu pai, pela frase: “Uma boa retirada é sinal de um grande avanço”. Muitas vezes, aqui no Rio, precisei colocar em prática o conteúdo desse lindo sintagma. Ao meu irmão, por segurar sozinho as dificuldades da minha família, já que devido à distancia não pude conviver em parte com a maioria delas.

Nessa trajetória do mestrado, construímos um grupo de amigos que rendeu bons momentos, festas e amizades. Aos meus colegas de mestrado: Elaine, Fernanda, Fernando, Robert e Dani Taha, muito obrigada por ter conhecido vocês. Em especial, a grande amizade da Dani Taha e sua linda mãe Iara, pessoas que hoje fazem parte da minha família por serem muito especiais.

Se anjo realmente existe, ele se chama Maria Edith (Tia Edith). A essa minha tia devo tudo que está acontecendo em minha vida, porque foi graças ao convite dela que vim morar no Rio de Janeiro. Ângela (minha prima)- você também tem em muito, parte nisso.

Enfim, já na fase de escrita da dissertação, momento bastante solitário e cansativo, poucas foram as pessoas que me incentivaram. E é pela compreensão e paciência em aturar toda minha preocupação, ausência e meu nervosismo agradeço a alguns amigos: Maria Regina (pela presença de sempre), André (pela torcida constante desde a minha graduação) e Ariane (pela amizade verdadeira), e minha Vó (pelas orações).

Aos meus queridos vizinhos de Montes Claros, pelas orações e por torcerem tanto pelo meu sucesso, em especial, Tia Helena e Tio Euler, Dona Dalva, Dona Maria, Graciele e Gláucia . Com certeza se não fossem as cansativas 15 horas de viagem, todos estariam aqui me assistindo.

*“Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo.”*  
**Fernando Pessoa**

## RESUMO

SANTOS, Débora. **A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo globalizado.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Este trabalho discute a atividade ambulante no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, no contexto da crescente informalidade acentuada pelo processo de reestruturação produtiva. Tentando entender as raízes dessa atividade, percorremos nossa história desde o período agro-exportador até o capitalismo globalizado para compreender sua relação com as mudanças ocorridas ao longo dos anos, que acompanharam a dinâmica econômica, social, política e cultural em nosso país.

Palavras-chaves: atividade ambulante, informalidade, reestruturação produtiva, trabalhadores ambulantes.

## ABSTRACT

SANTOS, Débora. **A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo globalizado.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

This work argues the ambulant activity in Brazil, particularly in Rio de Janeiro in the context of the increasing informality accentuated for the process of productive reorganization. Trying to understand the roots of this activity we cover our history since the period agro-exporter economy until the globalization of capitalism to understand its relation with the occurred changes throughout the years that had followed the economic, social dynamics, cultural politics and in our country.

Key words: street vendors, informality, productive reorganization, globalization



## SUMÁRIO

<b>I – Introdução</b> .....	02
<b>II – Sobre as origens da atividade ambulante no período agro-exportador</b>	
2.1 - Elementos sobre a dinâmica econômica, política, social e cultural na Colônia, Império e Primeira República.....	10
2.2 - Os escravos de ganho: sobre a origem da atividade ambulante no Brasil.....	16
<b>III – A informalidade e a atividade ambulante no capitalismo industrial</b>	
3.1 - A Política Industrial de Substituição de Importações e a expansão do setor informal .....	31
3.2 – Informalidade e os ambulantes no contexto da industrialização dependente.....	48
<b>IV – Transformações no mundo do trabalho, o papel dos organismos internacionais e as novas configurações da atividade ambulante</b>	
4.1 – Acumulação flexível e Informalidade.....	57
4.2 – O papel do Estado e dos organismos internacionais na formação de uma ideologia do empreendedorismo.....	71
4.3 – Novas configurações do trabalho ambulante: elementos conceituais e análise dos dados empíricos da pesquisa realizada pelo FACL.....	76
<b>V – Considerações Finais</b> .....	106
<b>VI – Bibliografia</b> .....	112
<b>VII – Anexos</b> .....	120

## I - Introdução

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar a atividade dos trabalhadores ambulantes no contexto da crescente informalidade decorrente do processo de reestruturação produtiva verificado no contexto da economia globalizada. Temos como foco a cidade do Rio de Janeiro, levando em conta a especificidade da formação social e econômica brasileira (a cultura política, os resquícios da sociedade colonial, o papel do Estado e o processo de industrialização brasileira).

Entendemos que esses elementos de caráter político, econômico, social e cultural se articulam às mudanças históricas verificadas no mundo do trabalho intensificadas na atual conjuntura.

Esta escolha é dada à relevância da temática informalidade e do trabalho ambulante na formação histórico-social brasileira, bem como da importância crescente desse processo na atual dinâmica da acumulação capitalista.

Aqui, associaremos o “trabalho informal” sempre ao trabalho desenvolvido à margem da legislação fiscal-trabalhista do Estado, da mesma forma, o “trabalho formal” terá como suporte o trabalho assalariado, mediante carteira assinada. Todavia, o vocábulo informalidade é um conceito muito mais amplo do que o “trabalho informal”, pois apresenta uma dimensão atemporal da sociedade do capital enquanto esse expressa um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo.

Uma outra distinção necessária para discussão do nosso objeto de estudo refere-se a dois conceitos comumente assinalados como idênticos: “trabalho informal” e “setor informal”.

“Setor informal” foi um conceito inicialmente apresentado no estudo sobre a economia do Quênia em 1972<sup>1</sup> e suas características básicas seriam:

**Propriedade:** Familiar (trabalhadores por conta-própria ou pequenos empregadores);

**Organização Institucional:** Não há distinção entre o capital do proprietário e da firma, podendo estar à margem do registro legal;

**Organização Contábil:** Não há sistema de registro completo (no Sistema de Contas Nacionais devem ser classificados no item “famílias”);

**Destinação da Produção:** Para o mercado.

Nesse setor, além de pequenos negócios registrados ou não, individuais ou familiares, estão os vendedores ambulantes, usualmente chamados de “camelôs”<sup>2</sup>, logo, a atividade ambulante é uma parcela inserida no que chamam de “setor informal”.

Pertenceriam ao “setor informal” todas as unidades econômicas com atividades não agrícolas de propriedade de trabalhadores por conta-própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas.

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre o trabalho realizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Quênia, ver cap. III - item 3.2 dessa dissertação.

<sup>2</sup> Tudo indica que esse estranho apelido nasceu nas ruas da França. No século XII, a palavra **camelot**, provavelmente, uma modificação do árabe khmalat, que significava "tecido rústico e felpudo" - entrou para o vocabulário francês para designar um tipo de tecido feito com pêlo de camelo. Importado de países do norte da África e do Oriente Médio, o produto era muito apreciado por sua textura macia, pelo brilho e por ser um bom isolante térmico. No comércio de Paris, esse tecido popular era anunciado aos berros pelos vendedores, que foram batizados com o nome da mercadoria que vendiam. O problema é que, muitas vezes, o pêlo de camelo não passava de uma imitação barata de pêlo de cabra. Assim nasceu o sentido que associa o camelô a um vendedor de produtos falsificados, afirma o etimologista Deonísio da Silva, da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Mais tarde, variações na língua francesa assimilaram o sentido pejorativo com o verbo cameloter. ([http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta\\_286537.shtml](http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta_286537.shtml), acesso em 3/12/2009).

“Trabalho informal” seria constituído por todas as pessoas que exercem trabalho no “setor informal”<sup>3</sup>, excluindo os empregados com carteira assinada e incluindo os trabalhadores por conta própria para o autoconsumo e em atividades agrícolas; os trabalhadores não remunerados e sem carteira assinada das firmas com registro formal.

Essa distinção ou separação não é absoluta e é criticada por muitos autores, inclusive por Oliveira (2003), posto que são setores que convivem, entrelaçam-se e são completamente funcionais ao sistema capitalista. A idéia de setor pode ter certa utilidade operacional se conhecermos todas as restrições ao uso da distinção setorial, pois tal diferenciação é polêmica e certamente inacabada. Por isso, os termos setor informal e setor formal estão, nessa dissertação, entre aspas. Faz-se precípuo, portanto, sinalizarmos tal discussão deste o início da dissertação.

Ainda acerca da temática, observamos atualmente, por parte do poder público, um discurso que valoriza as atividades informais dando-lhes, muitas vezes, suporte financeiro para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, temos o incentivo ao trabalho por conta própria e à pequena empresa, o que Malaguti (2000) chama de “sonho”: o refúgio da realidade.

---

<sup>3</sup> A partir das recomendações internacionais, surgiram as definições ocupacionais do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), conforme enumerados a seguir: i) Trabalhadores não remunerados: considerou-se que estes exercem um trabalho informal porque não possuem um contrato de trabalho e seu emprego não está regido pela legislação trabalhista; ii) Empregados: considerou-se tendo um trabalho informal aqueles que não estão cobertos pela legislação trabalhista, os trabalhadores sem carteira assinada; iii) Trabalhadores Domésticos: neste grupo exerceria um trabalho informal os indivíduos sem carteira assinada; iv) Trabalhadores por conta-própria que produzem bens para o autoconsumo: as pessoas envolvidas nesta atividade exercem um trabalho informal, no entanto, não fazem parte do “setor informal”, pois o objetivo de sua produção não é mercantil; v) Trabalhadores por conta-própria que produzem bens e serviços para o mercado e empregadores: considerou-se todos os trabalhadores por conta-própria como tendo um trabalho informal, assim como todos os empregadores com até 5 empregados.

Por outro lado, para além das poucas iniciativas de construção de espaços específicos<sup>4</sup> para o exercício dessa atividade, os trabalhadores ambulantes, por exemplo, têm sido vítimas de uma política repressiva dos municípios que os expulsam do espaço urbano.

Essa política não leva em conta a necessidade de sobrevivência de grande parte da população que sofre com o desemprego e a crise econômica que atravessam as economias capitalistas globalizadas e a forma como essa dinâmica tem se beneficiado a partir das relações estreitas entre o “setor informal” e “setor formal” da economia.

A informalidade e, em especial, a atividade ambulante tem suas raízes no sistema colonial, passando pelo processo de migração incentivado pelo Estado, no início de nossa industrialização, considerado por alguns estudiosos como um dos responsáveis pela formação do excedente da mão-de-obra urbana (RAMALHO, 2004).

A inserção dependente do país no contexto do capitalismo e a incapacidade do modelo nacional/desenvolvimentista, pautado por uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização, legaram enormes bolsões de informalidade e miséria na formação social brasileira.

Atualmente, com a flexibilização das relações de trabalho no cenário do capitalismo globalizado, as atividades ambulantes ganham maior visibilidade nas cidades brasileiras devido ao seu crescimento e à ocupação crescente dos

---

<sup>4</sup> No Rio de Janeiro, entre essas iniciativas podemos destacar: 1) o Camelódromo da Uruguaiana; 2) centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas; 3) o Camelódromo da Rocinha, etc.

logradouros públicos: ruas, praças, praias, calçadas, etc. No entanto, esse processo tem como um de seus principais marcos a abolição da escravatura que ampliou o contingente de desempregados, gerando uma massa de trabalhadores que não conseguiu incorporar-se ao “setor formal” da economia, buscando uma alternativa no “setor informal” como estratégia da sobrevivência.

Nosso interesse pelo tema deu-se através da nossa inserção na pesquisa comparativa entre pesquisadores franceses e brasileiros sobre ambulantes<sup>5</sup> ainda na condição de voluntária. Nesse primeiro momento, participamos da pesquisa de campo, inclusive, na coleta de dados acompanhando os demais pesquisadores. Esse estudo está sendo desenvolvido, no Rio de Janeiro, pelo Núcleo de Pesquisa “Favela e Cidadania” - FACI da Escola de Serviço Social/UFRJ.

As indagações acerca da temática informalidade/atividade ambulante foram tantas quantas as descobertas. Assim, a partir dessa primeira experiência nessa pesquisa, já na condição de bolsista de Iniciação Científica do CNPq e aluna da graduação de Serviço Social, continuamos a investigação sobre os vendedores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro.

Na dissertação de mestrado, nosso objetivo é aprofundar os efeitos do processo de reestruturação produtiva na atividade ambulante para traçar o novo perfil daquele que exerce essa atividade.

---

<sup>5</sup> No primeiro momento, a pesquisa foi realizada em parceria com diferentes equipes e seus pesquisadores associados. Do lado francês, compreendeu a participação da pesquisadora Catherine Reginensi do GRECO (Grupo de Pesquisa Ambiental e de Concepção Arquitetônica e Urbana da Escola de Arquitetura de Toulouse) e da Universidade de Toulouse Le Mirail. No Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Escola de Serviço Social – ESS/ Núcleo de Pesquisa Favela e Cidadania/ FACI (coordenado pela professora Maria de Fátima Cabral Marques Gomes) com a colaboração de pesquisadores e estudantes como Débora Santos, Fernanda Melo, Nicolas Boutes e Clémentine Romeo. Maria de Fátima Gomes e Catherine Reginensi fizeram uma primeira apresentação dos dados dessa pesquisa no México, 11-13 de julho de 2005, CEMCA, UAM-1, UIA. Texto disponível, em versão francesa “Vendeurs ambulants a Rio de Janeiro: expériences citadines et défis des pratiques urbaines”. (Publicado na revista eletrônica Cybergeogeo)-Paris. (<http://www.cybergeogeo.eu>)

Dessa forma, realizamos essa investigação focalizando, sobretudo, as repercussões das transformações no mundo do trabalho na nova configuração que a atividade ambulante assume a partir do processo de globalização da economia.

Inicialmente, para efetivação dessa dissertação realizamos um levantamento e análise de literatura relativa ao tema (categorias teóricas e empíricas), jornais e sites especializados na internet.

Dando continuidade ao trabalho, para uma maior ampliação dos estudos, agregamos às análises dados quantitativos e qualitativos obtidos através da pesquisa de campo, iniciada junto à equipe do FACI, complementados com entrevistas e observações que realizamos posteriormente. Incorporamos ainda, para efeito de discussão, informações de outras pesquisas sobre o mesmo objeto de estudo no Rio de Janeiro.

Deve-se ressaltar a importância da recuperação dos dados históricos para identificar as inflexões que a atividade ambulante sofreu ao longo da história da sociedade brasileira.

Para periodização e divisão do nosso trabalho, tomamos como referência central a dinâmica econômica em cada período histórico, posto que entendemos que esta constitui-se elemento determinante para configurar a atividade ambulante em cada um desses momentos, sem desconsiderar os aspectos sociais, políticos e culturais. Os aspectos referentes à nossa formação social, política e cultural, a nosso ver, são essenciais para explicar as especificidades que a dinâmica econômica revela em nosso país. Temos clareza que esta divisão é apenas um recurso para a historicização do nosso objeto de estudo, já que a passagem de

uma etapa histórica para outra implica ao mesmo tempo em continuidades e rupturas.

Dessa forma o texto está subdividido em três capítulos.

No primeiro, resgatamos as origens da atividade ambulante no período agro-exportador que compreende a Colônia, o Império e as primeiras décadas da República. Nesse mesmo capítulo, mostramos a importância dos escravos no desenvolvimento da atividade ambulante e os primeiros espaços públicos construídos para abrigar esses ambulantes. A base de nossa análise nesse período leva em consideração o papel econômico desempenhado pelas atividades informais na dinâmica da economia agro-exportadora.

Nos primeiros anos da República que prepararam a passagem da economia agro-exportadora para a economia industrial é notável o papel do Estado no sentido de preparar um mercado de trabalho para a dinâmica industrial, expandindo o exército industrial de reserva e aumentando o “setor informal”. Isto se verifica com uma política de atração de migrantes, principalmente europeus e a falta de preocupação em assistir e incorporar os ex-escravos ao mercado de trabalho. Assim, o Estado, ao mesmo tempo, em que ofereceu subsídios crescentes ao capital privado (através da imigração, modernização, industrialização), fez-se omisso nas questões sociais (permitindo, e indiretamente incentivando, o desemprego e a informalidade).

No segundo capítulo, partindo da compreensão de que o capitalismo industrial se consolida com a Revolução de 1930 no Brasil, passamos a discutir a informalidade e a atividade ambulante nesse período, sem perder de vista as principais características históricas e econômicas do país, situando-o no contexto

mais amplo da dinâmica do sistema capitalista. Nesse mesmo capítulo, dissertamos sobre a informalidade e a atividade ambulante no capitalismo industrial, destacando a política industrial no Brasil que tem sua especificidade no modelo de substituição de importações em que se verifica a expansão do “setor informal”, principalmente, a atividade ambulante.

No terceiro capítulo, analisamos a informalidade e a atividade ambulante no capitalismo globalizado, ressaltando as novas configurações do “setor informal” e do ambulante com a reestruturação produtiva, a crise econômica e o neoliberalismo. Entendemos que, para melhor compreender a escalada da informalidade no período, é necessário discutir o atual contexto com ênfase nas transformações no mundo do trabalho e na orientação neoliberal do Estado. Destacamos o papel contraditório do Estado (através de repressão e incentivos ao empreendedorismo) e dos organismos internacionais na formação de uma ideologia do empreendedorismo na contemporaneidade. Ainda nessa parte do trabalho, discutimos os dados obtidos na pesquisa comparativa feita pelo FACI, além de analisarmos o estudo realizado com os vendedores ambulantes que ocupavam as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, realizada no início de 1987, por Bila Sorj (professora do IFCS), cotejando esses dados a outros encontrados em jornais, sites especializados etc.

Finalmente, a título de conclusão, tecemos algumas considerações sobre as contribuições que esse estudo pode oferecer para o entendimento da atividade ambulante, além de discutimos as possibilidades de enfrentamento, através do Estado, dessa questão que tem se apresentado de forma renovada no atual contexto.

## **II - Sobre as origens da atividade ambulante no período agro-exportador**

### **2.1 Elementos sobre a dinâmica econômica, política, social e cultural na Colônia, Império e Primeira República**

"A história é uma galeria de quadros onde há poucos originais e muitas cópias." (Alexis de Tocqueville)

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado." (Marx)

Para melhor entender nosso objeto de estudo destacamos a importância de seu resgate histórico para identificar suas particularidades no tempo e no espaço. Partimos do princípio que a relação entre a dinâmica econômica em geral e a inserção específica do país, faz-se através de mediações estabelecidas na sua formação econômica, política, social e cultural.

Consideramos que a nossa formação social é complexa, e que a diversidade de seus processos sociais não pode ser reduzida à predominância da dimensão econômica, sob pena de se perder a noção de totalidade (BEHRING, 2003).

Buscamos identificar o feixe de determinações que envolve passado e presente. Nesse sentido, tentamos destacar os principais elementos desde a colônia até nossos dias para configurar a formação do mercado de trabalho, em especial a inserção do vendedor ambulante.

Neste capítulo, em especial, tentamos extrair os elementos essenciais para uma melhor apreensão da dinâmica da economia agro-exportadora e entendimento da origem da atividade ambulante. Para começarmos, faz-se

necessário entender qual foi o sentido da colonização no Brasil a partir de intérpretes da formação econômica, política, social e cultural do país.

Ao analisar a herança colonial na formação social brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1995), em seu livro *“Raízes do Brasil”* afirma que:

“[...] Trazendo de países distantes nossa forma de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (Ibid: 31).

“O certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (Ibid: 33).

Aos colonizadores não interessava levar em conta o nível de desenvolvimento social e econômico do Brasil, tão estruturalmente distinto da metrópole. Todavia era o sentido de empreendimento voltado para a produção de bens primários para o mercado externo, o que tornaria compreensível a obra realizada por portugueses no país, já que, de início, não pensaram em criar na América uma sociedade nova.

Sérgio Buarque analisa que, foram as grandes propriedades rurais escravistas que criaram posteriormente condições para o surgimento de uma nova sociedade: urbana e industrial. Entretanto, a desagregação dos pressupostos sociais da herança ibérica não correspondia a uma nova mentalidade capaz de impulsionar definitivamente o novo sistema, deixando clara a relação dicotômica entre rural-urbano em vários níveis de fisionomia do Brasil (HOLANDA, 1995: 15).

Numa perspectiva original, que abre novos caminhos para a reflexão a respeito do Brasil, Caio Prado Jr. insiste, assim como Sérgio Buarque, em que a colonização nos trópicos se reduziria quase a “uma vasta empresa comercial”.

Para Caio Prado Jr.: “A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO Jr., 1942: 25).

Na verdade, para esse autor, não pensaram em criar praticamente nada aqui. Aos colonizadores interessariam apenas o que poderia vir a favorecer seus lucros. O processo de colonização, na sua interpretação, serviu à acumulação originária de capital nos países centrais. Assim, pretendiam de forma similar ao tipo aventureiro<sup>6</sup> de Sérgio Buarque de Holanda, dedicar-se somente às atividades em que pudessem ser dirigentes da produção de gêneros de grande valor comercial.

A importância da grande exploração no quadro da colônia é bastante natural, já que esse empreendimento mercantil se organiza para fornecer produtos primários para o mercado externo, o que, como vimos, é segundo Caio Prado Jr., o sentido da obra de colonização no Brasil. Assim, apenas o que estaria ligado à grande exploração teria vida orgânica na colônia.

Contudo, se havia no sistema colonial brasileiro uma articulação entre seus elementos constitutivos, criando um todo social orgânico, existiria também

---

<sup>6</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda, nas formas de vida coletiva há dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios seriam: o tipo aventureiro e o tipo trabalhador. No tipo aventureiro o ideal é colher o fruto sem plantar a árvore, esse tipo humano ignora fronteiras, vive em espaços ilimitados, dos projetos vastos e dos horizontes distantes. Já o tipo trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade e não o triunfo, seu campo visual é naturalmente restrito, é a parte maior do que o todo (1995:44).

uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. Na colônia, o inorgânico seria, portanto, principalmente o que não pertence à grande exploração. Ou melhor, já que a grande exploração seria, na situação colonial, uma realidade impossível de ser ignorada, inorgânicos seriam os elementos que nela têm um papel subalterno.

Esse setor inorgânico viveria, porém, uma situação caótica. Encontrar-se-iam nessa condição tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária e a produção de determinados gêneros agrícolas, caso, por exemplo, da mandioca. Essas atividades teriam, porém, basicamente um mesmo papel: seriam meros apêndices da grande exploração.

Em compensação, a força da grande exploração seria tamanha que ela teria reflexos sobre praticamente tudo que existe na colônia. A estrutura social, a organização política e as formas culturais, todas se subordinariam à grande exploração. Muitas dessas atividades seriam frutos do trabalho informal, comercializados pelos vendedores ambulantes.

De maneira complementar, em um quadro onde a escravidão tinha tamanho peso, não é difícil perceber que não havia grande espaço para a política e a cultura, mesmo porque haveria no Brasil de então uma “ausência quase completa de superestrutura” (PRADO Jr., 1942: 341).

Caio Prado Jr. mostrou a necessidade de explicar o conflito entre as relações sociais e as forças produtivas para demonstrar que essas contradições explicariam nossa formação social brasileira. Para ele, não se formou um infra-

estrutura própria, a estrutura formada aqui foi precária, determinada pelas necessidades externas e o que ficou foram “farrapos” de uma pequena parcela de civilização em decomposição.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) em seu livro *“Homens livres na ordem escravocrata”* observa que:

... a base escravista (...) se desenvolveu em estreita ligação com o mundo europeu, que se orientava para a utilização do trabalho livre, processo que correu paralelo com a intensificação da divisão do trabalho social e com a generalização da forma mercantil das relações econômicas. O sistema colonial fez parte desse contexto em que se expandiram os mercados e disto dependeu sua vitalidade. Foi este vínculo que levou lentamente a contradição entre produção direta de meios de vida e produção para o mercado. (Ibid:12)

Forjou-se uma espécie de negação de um passado, sem que, no entanto, este tenha se conformado como tal: um passado que não passou que é presente, presente negado, em prol de uma idéia do país, um ideal de nação, um modelo de sociedade cujo paradigma é “branco-moderno-europeu”.

Conforme esta autora, a escravidão foi um “fator social construtivo”<sup>7</sup> que impulsionou a passagem de formas rudimentares para o um tipo mais complexo de exploração econômica, consolidando a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção. Paralelamente formou-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram.

“Formou-se uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (FRANCO,1997: 14).

---

<sup>7</sup> Termo utilizado pela própria Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Para ela não podemos incorrer no equívoco de sermos levados a representar a economia colonial como uma dualidade integrada, mas como uma unidade contraditória em que existiam dois princípios reguladores da atividade econômica que eram essencialmente opostos: produção direta de meios de vida e produção de mercadorias, ou seja, uma unidade: uma não existe sem a outra.

É nítido perceber a vocação agrária da sociedade brasileira, produto de uma longa dominação agrário-mercantil que cobre um amplo período de tempo, desde a Colônia passando pelo Império até a Primeira República, quando, embora, já se verificasse uma tímida dinâmica industrial, a hegemonia econômica permanecia com o setor agrário-exportador.

## 2.2 Os escravos de ganho: sobre a origem da atividade ambulante no Brasil

"... um vai e vem de mercadores. Apareceram os tabuleiros de carne fresca e outros de tripas e fatos de boi. Vieram os ruidosos mascates com suas latas de quinquilharias, caixas de candeeiros... seu fornecimento de caçarolas e chocolateiras de folhas de flandres. Cada vendedor tinha seu modo especial de apregoar suas mercadorias" (Azevedo, 1973).

Pode-se depreender que a atividade ambulante no período colonial esteve presente através de atividades econômicas ligadas ao mercado interno, principalmente através da comercialização de determinados gêneros alimentícios voltados para a reprodução social e a oferta de serviços.

Essas atividades, conforme foi assinalado anteriormente, eram apêndices da grande exploração. No entanto, nem por isso, se constituem em pólos distintos da economia. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória, já que a produção voltada para a exportação não poderia existir sem a garantia da reprodução da força de trabalho, em parte garantida pelos produtos e serviços comercializados desde esse período, por ambulantes.

Se antes de 1808 com a precariedade do comércio instalado, já havia a necessidade do comércio ambulante, com a vinda da família real esta atividade é ampliada e passa a constituir-se numa forma constante de comércio.

Considerando as características de surgimento do país e, em especial da cidade do Rio de Janeiro, com núcleos urbanos reduzidos e como o maior território destinado a uma atividade extrativista intensa, exercida para suprir o

continente europeu, observava-se a falta de uma estrutura de comércio que atendesse às necessidades dos seus habitantes.

Surge então, a figura do mascate<sup>8</sup>, inseridos no esquema sócio-cultural da colônia, iam de casa em casa, exibindo todo o tipo de mercadoria que satisfizesse as demandas de suas freguesas: tecidos, fitas, rendas, sabonetes, botões, etc.

Segundo Goulart (1967:99), no século XVIII, “a mercancia era volumosa, feita por intermédio de vendedores ambulantes, sobressaindo-se entre eles o mascate”.

Em seu livro “O mascate do Brasil”, José Alípio Goulart, assinala que esses vendedores ofereciam de tudo e supriam todas as necessidades: redes, apetrechos e varas de pescar. Gorduras, azeites, manteiga, óleo de mamona e de baleia para candeeiros. Óleo de linhaça, botijas de ácido sulfúrico e enxofre. Conservas, bacalhau, amêndoas, salsaparrilha, sal, cereais, sementes, nozes e biscoitos. Utensílios como panelas, arames, folhas de flandres. Uma gama de artigos nacionais e tudo que o Brasil importava entrava na bagagem dos mascates, atravessando trilhas do litoral e do interior. Eram garrafas, espingardas, medicamentos, mapas, até caixas de música para teatro, violinos, perfumes e roupas íntimas.

Contudo, é preciso destacar que, a masqueteação em nosso país, conforme esse autor (Ibid:39), não esteve subordinada aos mesmos fatores dessa atividade na Europa. Lá, o surgimento da figura dos mascates decorreu de um

---

<sup>8</sup> O mascate possivelmente surgiu na Idade Média, com o desenvolvimento dos burgos. É essencialmente um ambulante e há quem o identifique ao vendedor itinerante que circula em vilas, vilarejos, cidades do interior ou do litoral. Carrega consigo tantos apelidos quanto às mercadorias que transporta. É chamado de pano de linho, marinheiro, bufarinheiro, matraca, canastreiro, miçangueiro, barateiro, corneta, turco da prestação, gringo, pechilingueiro, russo ou judeu da prestação, contrabandista, italiano. ( [http://www.mao.com.br/educativo/pdf/fukelman\\_01.pdf](http://www.mao.com.br/educativo/pdf/fukelman_01.pdf) ), acesso 07/12/09

status sócio-econômico pré-existente. A terra aqui era virgem, habitada por “selvagens” com poucos núcleos estabelecidos e sem uma economia própria organizada. Os mascates vieram para estas terras, num movimento de fora para dentro, atraídos pela promessa de um mundo novo, rico em possibilidades.

No Rio de Janeiro, Cavalcanti (2004) e Morales de los Rios (2000) destacam que no fim do século XVIII e início do século XIX, vendedores ambulantes percorriam ou se instalavam nas ruas da cidade vendendo de tudo, capim da angola, milho verde, ervas, frutas, pipocas, aves, bugigangas, etc., tudo encontrado ao longo das ruas da cidade.

Além dos mascates, no início do século XIX, os ambulantes, na sua maioria eram constituídos de escravos (MARTINS, 2006:84). Assim, pode-se dizer que a atividade ambulante é anterior à própria institucionalização do capitalismo, ainda mais se formos tratar da sociedade brasileira, que teve em sua história, em sua formação, a intensa participação de trabalhadores de rua na movimentação do comércio local desde o período colonial.

Os escravos estiveram presentes em diferentes funções e contextos sociais ao longo da história brasileira. Muitas vezes, aproveitando das habilidades de um negro, o proprietário acabava transformando-o em um “escravo de ganho”. Comumente, esse trabalhador escravizado vivia longe de seu escravizador, vendendo sua força de trabalho. Porém, a grande parte da renda recolhida por ele ficava com seu senhor, que determinava metas a serem cumpridas.

Sobre a figura do escravo de ganho, Jacob Gorender (1980) em seu livro *Escravidão Colonial* escreve:

As cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas. Eram eles os encarregados de todos os serviços urbanos, sobretudo do transporte de mercadorias e passageiros. Constituíam a categoria especial dos negros de ganho,(...) Passavam o dia na rua alugando seus serviços com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada, pertencendo-lhes o excedente. (GORENDER,1980:455)

Nessa situação, o escravo poderia vender “doce de tabuleiro”, realizar o transporte de cargas e pessoas, cuidar de um estabelecimento comercial ou fabricar utensílios.

Geralmente, o seu dono ficava com a maior parte dos lucros obtidos ao longo do dia, conforme nos referimos anteriormente. A parcela destinada ao escravo poderia ser utilizada para alimentação, vestuário e, até mesmo, para a compra de sua alforria.

Em outros casos também podemos assinalar a existência dos chamados “escravos de aluguel”. Geralmente, um senhor que passava por dificuldades financeiras ou não tinha meios para explorar todo o seu plantel acabava cedendo parte de suas “peças” para um terceiro, que em troca lhe recompensava com uma quantidade de dinheiro. No Distrito Diamantino, por exemplo, vemos que a própria administração colonial utilizou desse recurso para empreender a extração de pedras preciosas no século XVIII.

Segundo Zanetti (2002) em seu livro “Calabouço urbano: escravos e libertos”, a grande diferença entre o escravo de aluguel e o de ganho era que a figura do escravo de ganho é extremamente urbana, já o escravo de aluguel é amplamente encontrado no campo.

O valor de aluguel de um cativo variava conforme o seu conhecimento e sua especialização. Muitos cativos de aluguel trabalhavam em lugares que exigiam certa especialização e outros desenvolviam atividades comuns. Figuras não menos importantes para as relações urbanas eram cativos que desempenhavam papéis como, *aguadeiros*, responsáveis pela distribuição de água nas casas, os *tigres* responsáveis por despejar os dejetos humanos das moradias em lugares determinados pelas municipalidades. Não podemos esquecer igualmente dos negros carregadores ou *cangueiros*, que se via pelas alfândegas, mercados e portos prontos para transportar qualquer tipo de mercadoria.

Importante ressaltar que nem sempre todos os escravos acomodavam-se à sua função. Havia também a resistência ao sistema imposto, apesar da historiografia brasileira tratar muitas vezes o trabalhador escravizado como agente passivo ao sistema escravista. É bom assinalarmos algumas formas de resistência ao trabalho escravizado, como por exemplo: a apropriação de bens do seu proprietário, o suicídio, a quebra de instrumento de trabalho, os ataques aos proprietários e seus familiares. O roubo é um exemplo claro de resistência urbana. Muitas vezes, os cativos que cometiam os furtos eram escravos de ganho, que utilizam desse recurso para completar os valores exigidos pelo escravizador para comprar sua alforria.

Havia uma parcela considerável de negros, mestiços e brancos pobres, exercendo diversos tipos de funções especializadas ou não-especializadas nas ruas das grandes cidades do país, como no Rio de Janeiro. Funções como a de carregador, ganhador, vendedor/a, quituteira, funilaria, alfaiataria, carpintaria, etc.

Estes ambulantes utilizavam suportes precários como cestos, bandejas ou caixas de madeira que carregavam a fim de oferecer os seus produtos a seus clientes.

A diversidade de ambulantes exige cautela no emprego da categoria de forma satisfatória, há muita descontinuidade nas diferentes trajetórias. Na tentativa de ir ao encontro desses ambulantes dispersos na história e no território nacional, perdidos entre anotações, difusos em análises econômicas e sociológicas quanto a seu papel no sistema de relações pessoais e de troca, não podemos deixar de mencionar a figura dos pregoeiros.

O nome "pregoeiro", originário de apregoar, alardear, anunciar, provavelmente saiu das páginas de livros de literatura. Pois quem exerce a função se considera simplesmente "vendedor ambulante". Mas os pregoeiros<sup>9</sup> constituíam uma categoria especial, pela maneira quase poética de anunciar os produtos. Faziam do comércio de rua uma fonte de renda e nada como criar um atrativo a mais com frases típicas e versos para ajudar na venda. Eram os garrafeiros que gritavam: "Garrafeiro... compro garrafas, meias garrafas, litros e vidros... freguês!...", depois revendiam esses produtos nas fábricas de bebidas e farmácias. E o "compra tudo" que não faz por menos: aceitava ouro, chumbo, roupa velha, sombrinha. E ainda latas vazias de óleo, ou de conservas para

---

<sup>9</sup> Em São Luís do Maranhão, os pregoeiros ganharam fama a partir do século XIX. Eram famosos os que vendiam "banho cheiroso" e erva benta para tirar mofina ou mau olhado. Um dos pregões mais conhecidos em São Luís virou nome de doce vendido nas ruas: o "derressó", cocada de coco seco ralado e mel de cana. Preparada em tacho de cobre, quando ganhava consistência de melado era despejada num tablado em camada fina. Já fria, era cortada em quadrados pequenos e uniformes, arrumados e sobrepostos em camadas de cinco. O nome "derressó" é corruptela: na época, cada camada de cinco tabletes "custava dez réis, só", segundo o pregão. Os doces eram vendidos em pequenos baús, com tampa envidraçada. Vendiam também "arroz de cuxá", prato típico da culinária maranhense, composto de arroz branco, peixe frito e o dito cuxá, feito com gergelim, farinha seca (branca), camarão seco e um tipo de verdura chamado vinagreira. Para temperar, cheiro verde, cebola e pimenta. Ver SANTANA, R. N. N. *Metamorfoses Cidárias: construção do urbano, disputas territoriais, segregação socioespacial em São Luís do MA*. Tese de doutorado. ESS/ UFRJ, 2003.

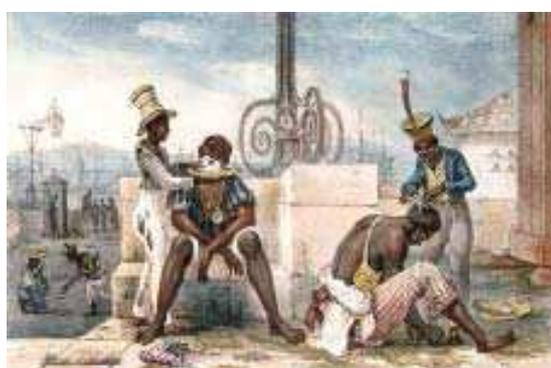
confeccionar pás-de-lixo, lamparinas etc.É possível que a tradição tenha origem na presença da música acompanhando o trabalho de escravos.

Tornar-se ambulante era muitas vezes uma possibilidade de escolha ou uma carta de alforria num contexto sócio-econômico desfavorável.

Na obra de Debret, situada entre 1816 e 1831, o vendedor de rua foi seu objeto em vários textos e pinturas. Jean Baptiste Debret documentou com detalhes o comércio ambulante iniciado pelos escravos.



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 6 – “Vendedor de flores à porta de uma igreja, no domingo”



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 11 – Barbeiros Ambulantes



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 13 – Vendedor de Cestos



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 14 – Vendedor de Aves



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 29 – Sapatarias



DEBRET, Jean-Baptist. Prancha 32 – “Negras livres vivendo de suas atividades”.

Segundo ele, essa atividade começa com os “escravos de ganho”, que são criados das casas ricas que comercializavam os produtos em benefício do patrão. Debret observa o seguinte em relação à cidade do Rio de Janeiro e ao comércio ambulante :

“[...] percorrendo as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros perambulando seminus e que executam os trabalhos mais penosos e servem de carregadores.”.

Segundo Martins (2006:84) os mercados eram abundantemente abastecidos de frutas, legumes, aves e peixes. O Rio de Janeiro era o principal centro comercial do Brasil. Sua população em 1816 era avaliada em cento e cinqüenta mil almas, com três quintos de escravos.

Vagando pelas ruas, praças públicas, pelo cais, os “escravos de ganho” prestavam serviços como o de barbeiros ambulantes e eram obrigados a se apresentar duas vezes por dia na casa dos seus senhores, para refeições e para entregar a renda recolhida (DEBRET, 1989:71).

Segundo as informações coletadas, constatamos que os escravos de ganho comercializavam produtos artesanais e prestavam serviços.

Para Cavalcanti (2004:126), a maioria das alforrias computadas foi obtida com ônus (50,6%), indicando uma economia local que permitia ao escravo poupar o suficiente para comprar sua liberdade.

No registro de Flávio dos Santos Gomes (Apud Cavalcanti,2004:121) havia, em 1796, 109.811 pretos e miscigenados, sendo 23,4% livres. No século XIX, esse número aumentou consideravelmente, em função das leis de proibição do tráfico negreiro, do ventre livre e dos sexagenários.

A ameaça que pairava sobre o tráfico desde 1831<sup>10</sup> e que se agravava com o decorrer dos anos obrigava-se a pensar numa solução para o problema da mão-de-obra: era necessário pensar em substituir o braço escravo pelo trabalho livre (VIOTTI,1977:153).

No dia 13 de maio de 1888, o governo imperial rende-se às pressões e a Princesa Isabel assina a Lei Áurea que extingue a escravidão no Brasil. Assim a Monarquia passa a não corresponder aos anseios da classe dominante da época - entre eles destacam-se os barões do café - e o Império chega ao fim com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 sob a regência de Theodoro da Fonseca.

A abolição da escravatura não melhora a condição social e econômica dos ex-escravos. A independência não alterou a posição que o Brasil ocupava no mercado internacional, na qualidade de fornecedor de matérias-primas e comprador de produtos manufaturados. A inserção do Brasil dentro desse esquema de divisão internacional do trabalho conferiu ao país um caráter

---

<sup>10</sup> Em 1831 foi criada a Lei Eusébio de Queirós que proíbe o tráfico interatlântico de escravos.No entanto, somente em 04 de setembro de 1850 a lei foi aprovada devido a pressão da Inglaterra materializada diretamente pela aplicação do "Bill Aberdeen".

essencialmente agrário, estimulando o desenvolvimento do latifúndio e do trabalho escravo ou semi-servil.

Segundo Oliveira (1977:24), a abolição resolveu um dos lados da contradição, transformando o trabalho em força de trabalho. A instauração das formas de trabalho livre transfere para fora dos custos de produção dos bens agro-exportados, o fundo de subsistência dos escravos, que transformada em força de trabalho deverá agora cuidar de sua própria reprodução.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX – abolição da escravatura, desenvolvimento das redes de transportes, sistema de imigração subvencionada e industrialização – não foram suficientes para alterar fundamentalmente a orientação da economia, mas contribuíram para a formação de um incipiente mercado interno, estimulando a urbanização (VIOTTI, 1977:206).

Com o surgimento de mercados internos e com crescimento demográfico, temos no Rio de Janeiro, segundo Martins (2006) o primeiro Mercado que levou o nome de Mercado da Candelária inaugurado em 1841. A partir desse período, o Rio de Janeiro passou a contar com vários locais criados especialmente para a função de comércio de produtos em geral, como Mercado da Praça da Harmonia (inaugurado em 28 de janeiro de 1857 e demolido em 07 de agosto de 1900), fechado por péssimas condições sanitárias. Posteriormente, o Mercado da Glória (construído em 1858 e demolido em 1903); Mercado Municipal (inaugurado em 14 de dezembro de 1907 e demolido para construção da Avenida Perimetral em 1956).

Martins (2006:82) observa que:

(...) o ponto de reunião de ambulantes, onde, além de comercializar, desenvolvia-se atividades de lazer, eram lugares considerados como espaço de animação, às vezes excessiva, provocando mesmo algazaras e, quase sempre, muita sujeira, sendo considerado também uma forma desordenada de apropriação do espaço.

Tais locais foram de grande importância para a população carioca e para o comércio ambulante, visto que um segmento importante dos moradores da cidade dependia deles para a aquisição de produtos, assim como esses contribuíam para a reprodução dessa atividade econômica. Mas foi em 1904 que esse tipo de comércio teve o reconhecimento para toda a cidade pela Administração Pública.

No intuito de exercer maior controle sobre tal atividade para o reordenamento da cidade, o prefeito Pereira Passos editou o Decreto nº 997, de 13 de Outubro de 1904 – **Anexo I**, que autorizava o funcionamento de feiras aos domingos, dias santos e feriados, nas praias, ruas e avenidas previamente designadas. Importante ressaltar que: “os ambulantes sofreram perseguições, controle e críticas, já que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas, todavia, nesta época, a preocupação era com a higiene e limpeza da cidade” (GOMES, 2006: 221).

Em 1916, em decorrência do grave problema de abastecimento pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro, como consequência da Primeira Guerra Mundial, foi assinado pelo prefeito Azevedo Sodré, o decreto nº 1752 – **Anexo II** que autorizava o funcionamento de feiras e mercados livres nos dias da semana previamente designados.

Uma análise comparativa, entre os desenhos de Debret e as fotos tiradas pelo fotógrafo Marc Ferrez, nos mostra as formas e alternativas de sobrevivência dos vendedores ambulantes moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Se o negro denominado “escravo de ganho” era o ator exclusivo em Debret, o imigrante passa a coadjuvar em Ferrez.

Ferrez (1984:47) observa que os quiosques fizeram seu aparecimento em 1872 e se multiplicaram em 1899, totalizando em 132. Segundo ele, “neles se vendia de tudo: café, refrescos, pão, manteiga cachaça, jornais, bilhetes de loteria, livros, cigarros e jogo-do-bicho.”

Vejamos na próxima página algumas fotos tiradas por Marc Ferrez<sup>11</sup> de algumas atividades ambulantes desempenhados por imigrantes.



Vendedora de Miudezas

---

<sup>11</sup> Fotos retiradas pelo fotógrafo Marc Ferrez publicadas na coleção de Gilberto Ferrez de 1984.



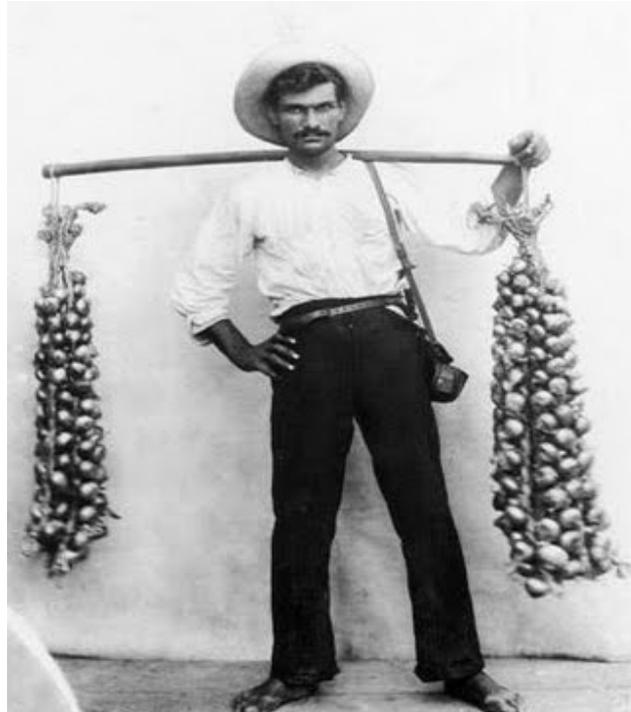
Funileiro



Amolador de facas



Vendedor de Bengalas e Guarda-Chuvas



Vendedor de Cebolas



Peixeiro

### **III - A informalidade e a atividade ambulante no capitalismo industrial**

#### **3.1 A Política Industrial de Substituição de Importações e a expansão do setor informal**

“...a história e o processo da economia brasileira no pós 1930 contêm alguma especificidade particular”; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista, mas essa expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo no país mais desenvolvido, nem a estrutura que é o seu resultado” (Francisco Oliveira em *Crítica à Razão Dualista- O omitorrinco*).

Segundo Oliveira (2003:35), a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Esse autor reconhece, no entanto, que essa mudança não se concretiza imediatamente em termos de uma supremacia da renda interna do setor industrial. O processo de industrialização no Brasil vai se fazendo tendo o seu primeiro impulso no século XIX, contando com um conjunto de fatores internos como mão - de- obra, mercado e acumulação de capitais provenientes do período agro-exportador. Segundo Lobo (1978) a maior expansão industrial, desde a virada do século XIX, ocorreu exatamente entre os anos de 1914 e 1919.

Assim, a proclamação da República em 1889 não significou uma ruptura radical do processo histórico brasileiro. As condições de vida continuaram as mesmas, permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (VIOTTI,1977:326).

A República herda, pois, uma economia cujas condições de acumulação e de crescimento haviam sido grandemente potencializadas. Em primeiro lugar, avançam os processos de acumulação primitiva, e em segundo lugar, a instauração do trabalho livre no coração das próprias unidades produtivas do complexo agro-exportador, o que significa uma inversão da situação da economia escravocrata, predominando agora o capital variável e fazendo crescer a rentabilidade das explorações.

O aburguesamento da economia brasileira dependerá, em última instância, pois, da qualidade do controle do excedente da mão-de obra, assim como das qualidades ou do volume do excedente que passa a ser controlado.

A instauração das formas do trabalho livre é uma das especificidades do processo de economia que nasceram como uma reserva de acumulação primitiva da expansão do sistema capitalista em escala mundial.

Na segunda metade do século XIX ocorreram alguns fenômenos importantes que irão produzir algumas modificações na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. O problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo. As dificuldades de obtenção da mão-de-obra escrava estimularam as tentativas de substituição do escravo por imigrantes estrangeiros. Logo, o crescimento do setor assalariado amplia o mercado interno, criando uma base para o futuro desenvolvimento industrial (VIOTTI,1977: 194).

Segundo Francisco de Oliveira (1977) em seu livro “A economia da dependência Imperfeita”, em nosso país, a diferenciação da divisão social do

trabalho tem outras características, outros matizes, e outra formação. A passagem para o trabalho livre funda, também, a possibilidade de um modo de produção de mercadorias; a separação de produtores e meios de produção fazendo crescer enormemente uma população para o capital, com o que a potencialidade da acumulação é reforçada. Não é estranho por isso, que, em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira, nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, tenha que socorrer-se do imigrante estrangeiro, cuja predominância no total da classe operária ainda era quase absoluta em 1920. Imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil, principalmente entre 1870 e 1900, sendo que o período de maior imigração situa-se nos anos que se seguem a abolição (VIOTTI,1977:194).

Esse aumento inicia-se a partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente dos preços de escravos, devido as dificuldade de obtenção de mão-de-obra escrava o que estimulariam as tentativas de substituição do escravo pelo imigrante. Só no Rio de Janeiro, num total de 275.000 habitantes no ano de 1872, 84.000 eram estrangeiros (VIOTTI,1977: 195).

É a partir das últimas décadas do século XIX que um novo fator acentua as diferenças entre os grandes centros e as cidades interioranas e entre as várias regiões do país: o aparecimento das indústrias. Um grande número de estabelecimentos industriais foi fundado no fim do século. As indústrias tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande de Sul, onde a concentração de mão-de-obra, capitais e a existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como de

uma infra-estrutura de transportes, criavam possibilidades para o desenvolvimento de indústrias do tipo de substituição de importação (VIOTTI,1977:199).

Na América Latina, especificadamente no Brasil, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia. Diferentemente do papel das exportações nas economias centrais, que embora as exportações fossem importantes na dinâmica da formação de Renda Nacional, não lhe cabia a exclusiva responsabilidade pelo crescimento da economia. Na realidade, essa variável exógena vinha se juntar ao investimento autônomo acompanhado de inovação tecnológica permitindo a diversificação e integração da capacidade produtiva interna.

Válido ressaltar aqui, a discussão que traz Maria da Conceição Tavares (1972) no livro “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro” ao defender a idéia que o processo de substituição das importações não foi demanda interna e sim uma resposta às restrições do comércio externo. Dessas restrições externas decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam, por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que resultou numa maior dependência do exterior.

É justamente com o modelo de substituição de importação que o capitalismo se consolida no país com perspectiva de modernização<sup>12</sup>.

As importações, que visavam suprir a escassez interna de insumos, aprofundaram a dependência externa da economia brasileira, elevando o desequilíbrio na área financeira. Dessa forma, a expansão das atividades industriais não diminuiu a dependência da economia brasileira em relação ao exterior. A maior produção de bens de consumo exigiu mais importações de bens de capital, matérias-primas e combustíveis, gerando desequilíbrios. As emissões de moeda e os empréstimos externos passaram a ser freqüentes, conseqüentemente resultando em inflação crescente e prejudicial ao crescimento da economia.

Feitas essas considerações, entende-se, no entanto, que essa designação “substituição de importações”<sup>13</sup> será aplicada nessa dissertação, em um sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.

Parte-se do princípio que a posição periférica de nossa economia no contexto do capitalismo, implicou em uma industrialização incapaz de realizar a universalização do assalariamento. Isto fez com que a maioria da população

---

<sup>12</sup> Prado Jr. identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa complexa articulação de “progresso” (a adaptação ao capitalismo) e “conservação” (a permanência de importantes elementos da antiga ordem).

<sup>13</sup> No Brasil, após a crise de 1929, a política de substituição de importações foi implementada com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos.

ficasse fora do mercado formal de trabalho no país, devido à insuficiente absorção da força de trabalho e a estrutura de um mercado pouco competitivo com custos de produção elevados, mantendo uma distribuição de rendas extremamente desigual. Em decorrência disso, embora o processo de substituição de importações tenha levado o Brasil a construir o maior parque industrial da América Latina, nunca chegou a constituir um mercado interno capaz de absorver a mão de obra disponível.

Portanto, para identificar as particularidades da dinâmica que assumiu essa questão em nosso país é necessário analisar também o papel decisivo que o Estado brasileiro teve no desenvolvimento geral de nossa história e na configuração do mercado de trabalho.

Num país essencialmente agrário como o Brasil, a crise de 1929 refletiu principalmente no campo que passou a liberar quantidade considerável de mão-de-obra. Grande parte dessa força de trabalho deslocou-se para a capital da República, em busca de empregos gerados tanto pela indústria que crescia, como pela expansão das atividades comerciais e prestação de serviços que acompanha o crescimento demográfico. De fato, o aumento populacional via migração foi notável.

O crescimento da população, o desenvolvimento industrial, a urbanização, a formação do proletariado, a ampliação da classe média, a crise que atingiu a economia cafeeira, a crise internacional de 1929, as contradições entre os vários setores de produção e o aparecimento de novas ideologias propiciaram a revolução de 1930, que inaugurou um novo período na história do Brasil.

Nesse sentido, tomamos como referência a idéia de Theodoro (2004) de que a ação estatal teve um papel determinante na formação do mercado de trabalho e importância central em alguns momentos decisivos da história brasileira, como a Abolição da escravatura e o próprio processo de modernização da economia iniciado nos anos de 1930.

Ramalho (2004:94) corrobora as idéias de Theodoro quando observa que, o papel do Estado foi importante para o enquadramento legal na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, feito através de uma intervenção direta e decisiva com a política de financiamento da imigração.

A política de migração cujo sentido era, em grande parte, dotar o país de um contingente populacional capaz de contribuir efetiva e positivamente para o desenvolvimento, ao contrário do que se esperava, marginaliza a então maioria afro descendente. O Estado engaja-se diretamente no processo de modernização, considerando que o crescimento econômico seria condição necessária e suficiente para fazer com que o país saísse de sua situação de subdesenvolvimento e promovesse o assalariamento.

Segundo Theodoro (2004), a categoria “desenvolvimento” está historicamente associada à idéia de modernidade e de mudança, e “subdesenvolvimento” associado à presença de um segmento não moderno, em geral, designado de setor de subsistência ou setor informal- em convivência com um segmento moderno, percebido como capitalista ou setor de mercado. Na verdade, a articulação entre o “setor formal” e o “setor informal” constituiu-se em motor para o nosso desenvolvimento.

É, portanto, nesse contexto que ao binômio progresso-desenvolvimento tem sido contraposto o lado arcaico-atrasado. Assim, o chamado setor de subsistência aparece como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista.

Na perspectiva de disseminação de matrizes para o desenvolvimento, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou organismos para o estudo das economias de diferentes regiões do planeta, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe-CEPAL<sup>14</sup>.

Esta passou a produzir análises econômicas e uma de suas contribuições para esse debate é chamada “teoria da CEPAL”, que consistia na sistematização da idéia de que a situação de subdesenvolvimento, antes de ser um estágio anterior ao desenvolvimento, se colocava como uma dada forma de inserção (subordinada e dependente) em um conjunto maior, o sistema capitalista em nível mundial.

A chamada assimetria entre centro e periferia mostrava as mazelas da economia internacional que, através de mecanismos desiguais de evolução, impedia a plena disseminação do progresso técnico e relegava a periferia à condição de subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento passa a ser percebido como um subproduto do estágio atual do desenvolvimento econômico mundial.

---

<sup>14</sup> Entre as décadas de 1950 e 1960, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) defendia que o desenvolvimento das economias do terceiro mundo passava pela adoção da política de substituição de importações. Esta política permitiria a acumulação de capitais internos que poderiam gerar um processo de desenvolvimento auto-sustentável e duradouro.

No que tange mais especificamente à questão da passagem de uma situação de atraso para uma situação de desenvolvimento, os meios acadêmicos dos países centrais pouco haviam produzido. Acreditava-se que a noção de subdesenvolvimento seria somente um atraso e que os países pobres precisavam fazer o caminho iniciado pelos países ricos para entrarem na via do desenvolvimento.

A perspectiva acima faz parte das teorias de modernização, que tem suas raízes nas teorias evolucionistas e nas noções de progresso embasadas por Adam Smith. Como destaque, temos trabalhos de Rostow e Lewis .

De acordo com a teoria da modernização, o subdesenvolvimento seria superado através de etapas até o alcance do desenvolvimento e a modernização ocidental seria o exemplo para todos os países subdesenvolvidos.

Rostow (in: Ramalho:2004) descreve que a passagem de uma situação de atraso para uma situação de desenvolvimento seria um ciclo constituído de cinco etapas que se sucederiam na passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade de consumo de massa e que esse seria o bom caminho que toda nação deveria seguir para se desenvolver.

Lewis (in: Ramalho:2004) ainda na mesma direção de Rostow, afirma que esse processo ou transição, no que diz respeito ao mercado de trabalho, se verificaria com a migração da força de trabalho de atividades tradicionais de forma gradativa para as atividades modernas, ou seja, o setor moderno absorveria o setor arcaico.

A grande crítica a essa visão diz respeito a sua perspectiva mecanicista e a-histórica do processo de desenvolvimento, desconsiderando por completo as especificidades históricas e conjunturais de cada realidade.

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina algumas teorias que se contrapunham ao tratamento dado pelas teorias do desenvolvimento tradicional que tentavam enquadrar o capitalismo da região nos moldes daquele verificado nos países centrais.

É dentro dessa perspectiva teórica que surge a concepção heterodoxa e crítica que posicionará contra as teorias da modernização.

Em primeiro lugar, a teoria da Cepal<sup>15</sup> (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) em 1950, começa a apontar para a questão da estrutura.

O pensamento estruturalista, tal como ficou conhecido o aparato teórico proposto pelos cepalinos, dentre os quais se destacam Raul Prebisch e Celso Furtado mostraram que não se tratava simplesmente de um atraso, mas que o subdesenvolvimento é uma situação específica, caracterizada por traços estruturais específicos: uma especialização maior da estrutura econômica, uma heterogeneidade maior que impede a difusão do processo técnico, um mercado mais reduzido, desemprego estrutural, ou seja, uma série de traços estruturais que diferenciam os países subdesenvolvidos dos países ricos, e que, portanto, os impedem de seguir o mesmo caminho. Por isso, a necessidade de uma política nacional da industrialização por substituição da importação.

---

<sup>15</sup> Comissão que nasceu com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países .

Com isso ficava claro que, a concepção da CEPAL era a de que a condição periférica só seria superada a partir de uma modificação estrutural na base produtiva da economia, através do Processo de Substituição de Importações. Esse pensamento teve seu período áureo de produção durante as décadas de 1950 e 1960.

A partir da década de 1960, a teoria cepalina começa a ser desacreditada, uma vez que os resultados prometidos pelo processo de industrialização, na medida em que não eram alcançados, colocavam em dúvida se o modelo proposto era suficiente para superar a condição de subdesenvolvimento.

Assim, o pensamento estruturalista entra em crise, ao expor sua fragilidade através de sua incapacidade em resolver os problemas dos países latino-americanos, em um contexto que se tornava cada vez mais adverso, com a perda do dinamismo da economia internacional e com a eclosão dos regimes militares por todo o continente.

O que se segue ao pensamento da Cepal é o estruturalismo marxista, gerado também na América Latina e que vai retomar a análise estruturalista das especificidades da economia latino-americana, mas para radicalizar seu pensamento. Nesse sentido, vai tentar mostrar que há um determinismo estrutural extremamente forte ao nível internacional, além de aprofundar a análise em termos de centro-periferia da teoria da Cepal, interpretando o sistema mundial como uma pirâmide de países satélites explorando-se uns aos outros a partir de um centro imperialista.

Não havendo possibilidade de desenvolvimento dentro desse tipo de estrutura, a única solução advogada pelos estruturalistas marxistas era a saída do mercado mundial: a revolução armada e a construção do socialismo.

A teoria da Cepal introduz uma concepção menos mecanicista e mais afeita à perspectiva dos países periféricos, ainda que os padrões de desenvolvimento preconizados sejam os dos países centrais. A ênfase maior residiria na incorporação do progresso técnico via industrialização induzida pelo Estado.

O aspecto econômico é privilegiado como elemento central do desenvolvimento, visão que, alguns anos após, seria objeto de contundentes críticas dos teóricos da dependência.

Dentre as abordagens teóricas subseqüentes, nascidas da crítica ao pensamento da Cepal, embora sem a mesma operacionalidade e utilização pelos governos, destaca-se, entre outras vertentes de cunho estruturalista, a “teoria da dependência” em seu enfoque da marginalidade (SINGER, 1975).

Na perspectiva do chamado enfoque da dependência/marginalidade, o subdesenvolvimento seria visto como fruto de um processo histórico, consubstanciando uma situação de dependência externa e de uma dada conformação social interna, que não pode ser explicado unicamente pela interpretação cepalina da relação “centro-periferia”.

A principal contribuição do enfoque da dependência/marginalidade parece residir na contextualização do subdesenvolvimento dentro de um arcabouço explicativo mais amplo. A fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não poderia ser transposta apenas pela adoção de um conjunto

de políticas tecnicamente adequadas. A questão passava a ser vista como algo mais abrangente e estrutural. Introduzia-se assim uma perspectiva histórica e social que ultrapassava a visão técnica e economicista do problema do subdesenvolvimento (Theodoro:2002:10).

Uma outra vertente teórica foi a Teoria da Dependência que se fundamentou num contexto de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana e tem como seus principais interlocutores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984) .

O fato é que ainda que se observem avanços com relação ao entendimento do processo de desenvolvimento no país, a teoria do subdesenvolvimento se transforma, ao privilegiar as relações externas das economias capitalistas da América Latina em uma teoria da dependência.

A Cepal vem sedimentar a perspectiva dualista segundo a qual a economia dos países subdesenvolvidos era vista como polarizada.

Outra contribuição importante foi a de Milton Santos, que centrado nos estudos das áreas urbanas, identificava a existência de dois circuitos (o superior e o inferior) como base explicativa do funcionamento de uma economia subdesenvolvida:

O circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, mas bem representada atualmente pelos monopólios [...] O circuito inferior é formado de atividade de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre. (SANTOS,1979:35)

De um lado, a parte moderna com padrões similares aos padrões do mundo desenvolvido; de outro, a parte não-moderna, arcaica.

Essa visão norteará formulações subseqüentes. Uma sociedade subdesenvolvida seria uma sociedade dual, cujo contraste entre o moderno e o arcaico constitui seu caráter mais marcante. O “lado arcaico” abarcaria pelo menos dois subconjuntos:

- O das formas efetivamente arcaicas de produção, aquelas associadas à produção primária, o setor de subsistência.
- O das formas de reprodução e consumo que aparecem como subproduto da transição, quando parcela da força de trabalho migra para as cidades e se reproduz a partir do exército de atividade de baixa produtividade, o setor informal urbano.

Vale ressaltar que essa ótica dualista está presente na maior parte dos trabalhos analíticos configurando uma espécie de perspectiva consensual, ainda que sob denominações diversas.

A crítica a essa visão afinada com a perspectiva dos organismos internacionais e da ideologia dominante revela que essas teorias têm um viés mecanicista e a-histórico por desconsiderar as especificidades das diferentes formações sociais.

Francisco de Oliveira (2003) em sua obra *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*, de maneira bastante contundente critica a razão dualista, descrevendo que há uma situação de convívio, em um mesmo espaço social, de padrões primitivos de produção e de novas relações de produção, argumentando que há uma simbiose e uma organicidade em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”.

Oliveira insiste que essa forma de desenvolvimento é uma opção das classes dominantes por formas de divisão do trabalho que preservassem a dominação social corrente, ainda que ao preço de uma posição internacional medíocre. Retoma o argumento de Fernando Henrique Cardoso, que pouco antes do golpe de 1964 dizia, contrariando a voz comum na esquerda, que a burguesia industrial havia preferido a “condição de sócio-menor do capitalismo ocidental” ao risco de ver contestada a sua hegemonia mais à frente. (SCHWARZ In: OLIVEIRA, 2003: 13) . No entanto, faz uma crítica ao texto de Cardoso e Falleto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1984) pelo fato de toda a questão do desenvolvimento ter sido vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passado despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.

Dessa forma, encontramos duas posições distintas nesse debate acima sumarizado: de um lado os representantes da teoria dual, que vêem o mercado informal de trabalho como um setor presidido por uma lógica distinta daquela do “setor formal”; e do outro lado os que pensam a produção informal, isto é, não tipicamente capitalista, sendo determinada pelo capital.

Como representante da concepção dual, analisaremos a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que introduz a tipologia formal-informal. A formulação oriunda da Missão Quênia<sup>16</sup> consiste numa análise da força de

---

<sup>16</sup> Trata-se de uma Missão de estudos, que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em

trabalho compreendida como unidade de produção em que tanto as atividades de sobrevivência como o trabalhador por conta própria e o pequeno patrão fazem parte do “setor informal”.

No *Relatório do Quênia* (OIT, 1972:5), há uma passagem que afirma que o “setor informal” é economicamente eficiente e produtor de lucros, embora em pequena escala, limitado por tecnologia simples, pouco capital, e ausência de ligações com o setor formal.

Embora Oliveira (2003) esclareça que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma produção da expansão do capitalismo e, Tavares (2004) defenda que a informalidade é produção do capital, organismos financeiros e governamentais ainda insistem na dicotomia, distinguindo o atrasado do desenvolvido. Assim, problemas endógenos ao capital, mas que não confirmam suas características são tratados como externos ao sistema.

A vertente dual distinguiu o comportamento econômico da produção capitalista, dentre outras características, por uma separação nítida entre o capital e o trabalho. A orientação das instituições financeiras internacionais desloca o desemprego da relação capital-trabalho para encará-lo apenas como um problema social.

Esse fenômeno é visto como externo à produção capitalista, cabendo a outras instâncias proverem o emprego para trabalhadores pobres, com políticas de combate à pobreza.

---

outras economias subdesenvolvidas. A noção de “setor informal” foi utilizada pela primeira vez no relatório resultante dessa Missão. Mas, deve-se ressaltar que Keith Hart já havia utilizado o adjetivo “informal” num trabalho pioneiro sobre o emprego e renda urbana em Gana, em 1971, embora o tenha aplicado a oportunidades de renda, e não a um setor. Assim, a concepção básica de “setor informal” foi estabelecida em *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*, Genebra, 1972.

Diferentemente da abordagem da OIT, Tavares (op. cit.) entende que não há um “setor” oposto a outro, e que a economia informal não é uma desfuncionalidade da economia.

Do nosso ponto de vista, não é possível conceber uma economia de sobrevivência/informal e outra que atenda aos interesses da acumulação capitalista, dado que há uma inter-relação entre as mesmas, na medida em que a informalidade contribuiu para a reprodução da força de trabalho.

Do mesmo modo, Gomes (2006) argumenta que há um entrelaçamento entre o “setor formal” e o “setor informal” que se combinam de maneira totalmente funcional na dinâmica do capital.

Na realidade o que se observou, em relação à informalidade e, especificamente a atividade ambulante é a sua persistência, ampliação e reconfiguração. Essa desempenha um papel orgânico, nesse contexto da industrialização dependente, conforme analisaremos a seguir.

### 3.2 Informalidade e os ambulantes no contexto da industrialização dependente

“(…) “Veio o camelô vender  
Anel, cordão, perfume barato  
E a baiana pra fazer pastel  
E um bom churrasco de gato (…)”.  
(De Frente pro Crime- João Bosco)

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi marcada pela perda de espaço no mercado de trabalho para os ex-escravos, já que os mestiços, afro descendentes e os ex-escravos eram vistos como incapazes de contribuir para o desenvolvimento industrial do país, ou seja, vistos como inaptos para o trabalho regular (THEODORO, 2004:84).

Os ambulantes podem ser considerados parte do excedente da força de trabalho formado por antigos escravos e outros trabalhadores que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal, em especial aquele que se abria com o processo de industrialização.

Estes trabalhadores excedentes não funcionavam apenas como um exército industrial de reserva, mas segundo Marx (2006:197), esse exército foi um dos mecanismos que possibilitou a acumulação capitalista à medida que forneceu o material humano que o capital necessitava, já que a função do exército industrial de reserva é rebaixar o custo da força de trabalho assalariada.

Todavia, não se pode dizer que negros e mulatos ficaram totalmente fora do mercado formal de trabalho.

Segundo Kowarick (1994:115):

A absorção dos nacionais – inclusive dos negros e mulatos - iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores

da economia urbana, a partir de 1930, necessitam também desse contingente de trabalhadores. Neste instante [...] as necessidades econômicas por força de trabalho transformam a todos, pretos, brancos e mulatos, nacionais ou estrangeiros, em mercadoria para o capital.

No entanto, a absorção desses segmentos no processo industrial ainda não era suficiente para a incorporação da maioria da população ao mercado formal de trabalho. Neste contexto, desempregados, subempregados, biscateiros etc. buscavam estratégias de sobrevivência.

Segundo Gomes (2006), a atividade ambulante constituía-se uma das estratégias mais antigas e recorrentes entre os segmentos pobres da população urbana para garantir sua reprodução.

No período que corresponde ao fortalecimento do processo industrial no país, observou-se uma forte densificação populacional nas cidades; concentração da pobreza nas maiores cidades; proliferação de favelas; atividades precárias e subemprego, levando muitas pessoas à condição de informal, caracterizada pela incapacidade da acumulação capitalista para oferecer condições gerais de assalariamento (RAMALHO, 2004).

O termo “setor informal” sempre foi amplamente aceito nos meios acadêmicos e políticos, embora seja praticamente impossível traduzir numa palavra ou numa expressão um universo tão diversificado, pois engloba uma realidade extremamente heterogênea em que um conceito não vai além da negação daquilo que seria “formal”.

Para Malaguti (2000:13), a “informalidade” é um conceito muito mais amplo do que o de “setor informal”, pois este expressa apenas um aspecto da informalidade, e uma demonstração de sua complexidade, como fenômeno ou

objeto de estudo, é sua universalidade, pois pode ser vislumbrado nos dois hemisférios, nos países desenvolvidos do Norte ou nas nações subdesenvolvidas do Sul.

O trabalho informal, portanto, não tem aqui nenhuma identificação, com aquela unidade produtiva que caracteriza o “setor informal”, na perspectiva da OIT, instituição burguesa pautada na visão liberal.

Segundo Tavares (2004.), trabalho informal refere-se ao emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Barbosa (2009) acrescenta que a razão dialética do capital tem buscado a qualquer custo à redução das populações autóctones à simples sujeitos adequados à organização das instituições capitalistas.

É claro que a discussão acerca do tema estudado não será aqui esgotada, todavia a formalidade terá como suporte o trabalho assalariado e a informalidade associada ao trabalho independente e como produto do movimento de acumulação de capital, pois cumpre a reprodução do movimento de valorização do capital sem os custos sociais.

A percepção da informalidade pode ser apreendida pela ausência dos direitos trabalhistas vigentes em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis e pelo processo de terceirização em que o trabalho assalariado é submetido.

Tavares (op. cit.) afirma que:

Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcionam enquanto parte da sua organização produtiva.

Malaguti (2000) observa que a informalidade funciona como amortecedor da crise social, e que o Estado, através das instituições jurídicas, cria mecanismos legais, permitindo à produção capitalista a maior utilização do trabalho informal. Trata-se, portanto, de um segmento moderno da informalidade, no qual o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado.

Para o IBGE, nas pesquisas que realiza sobre a economia informal urbana, incluindo os que pertencem ao “setor informal” como todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados. A essa caracterização do desenvolvimento econômico recente, contrapusemos a informalidade como produção do capital (TAVARES, 2004).

Se a OIT e o IBGE vêem o mercado informal do trabalho como um setor precedido por uma lógica distinta daquele do setor formal, veremos que a existência da informalidade está entranhada no âmago das relações capitalista de produção e que o “não formal” manifesta-se em empresas públicas ou privadas, em instituições governamentais ou civis (MALAGUTI, 2000).

Cabe ressaltar que no período entre 1930 e 1980 a economia brasileira passou por uma grande diversificação da indústria e por um crescimento notável, entretanto, esse crescimento não foi suficiente para absorver toda força de trabalho no mercado formal.

Segundo Oliveira (1991), em pesquisa realizada sobre o trabalho informal no mercado de trabalho e sua participação na renda nacional, na década de 1980, essa força de trabalho informal já ocupava em 1989, cerca de 29 milhões de brasileiros.

Oliveira (2003:58) pontua que a informalidade, longe de ser excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva” foi adequada para o processo da acumulação global e da expansão capitalista.

Para esse autor, os meninos vendendo flanelas nos cruzamentos com o semáforo, não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização. (op.cit.:23)

A expansão do capitalismo, no Brasil, se dá introduzindo relações novas que são articuladas ao arcaico, reproduzindo relações arcaicas no novo.

Assim, o “setor informal” que aparentemente era apenas marginal à economia capitalista industrial tinha uma importância e uma função no desenvolvimento econômico como um todo. Isto pode ser corroborado com a declaração do presidente do Sindicato Rural dos Agricultores de São Roque, Estado de São Paulo, ao jornal *O Estado de São Paulo*, edição de domingo de 19 de março de 1972, em que explica bem a relação existente entre os dois setores, isto é o setor formal e o setor informal. Ao falar a respeito da crise surgida na fruticultura, decorrente de uma excelente safra e de um fraco movimento de vendas, ele diz “... foi um golpe inesperado para o comércio de frutas (a proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo), pois os ambulantes são imprescindíveis para a colocação das frutas junto aos consumidores.” (OLIVEIRA: 2003: 57).

Ressaltamos que, o perfil do ambulante no período industrial, se distingue do perfil do ambulante na época colonial. Enquanto esse vendia serviços, produtos do gênero alimentício e produtos artesanais, percebemos a entrada de produtos industrializados no país comercializados por brasileiros e imigrantes de

várias nacionalidades: sírios, libaneses, italianos, alemães, poloneses, russos, suíços, austríacos, ingleses, chineses<sup>17</sup> .

Com a urbanização crescente figuras como a do ambulante itinerante e o pregoeiro vão desaparecendo e as atividades informais se reinserem no novo espaço urbano planejado a partir das exigências da industrialização. Esse novo espaço urbano racionalizado não tem lugar para essas atividades, ou as localiza e organiza em determinados espaços da cidade (feiras, camelódromos etc.), exigindo dos ambulantes estratégias diversificadas e renovadas para a sua inserção na cidade.

Observa-se ainda que a expansão e urbanização da cidade outros espaços atraentes para o desenvolvimento dessa atividade vão se apresentando, a exemplo da praia, os transportes coletivos etc. Entretanto, essa atividade passa a ser objeto de leis que apontam os lugares legais para sua inserção na cidade e o número limitado de trabalhadores que poderiam desenvolver essa atividade. Considerando que o contingente de trabalhadores informais excede sempre aquele previsto pela municipalidade e a concorrência que esses representam em relação aos comerciantes formais, o poder público responde de forma repressiva às demandas dos ambulantes por um local de trabalho.

Ainda que no período analisado o contingente de ambulantes tenha aumentado e se reconfigurado, a informalidade apresentava-se, segundo as teorias desenvolvimentistas, como um fenômeno transitório que seria absorvido pelo setor formal à medida que as economias fossem se desenvolvendo. E é na perspectiva de que o atraso e a miséria seriam, no futuro, aniquilados pelo

---

<sup>17</sup> <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/imigracao-no-brasil/imigracao-no-brasil.php>

progresso que se delineia esse argumento que se tornou o cerne do discurso ideológico oficial do desenvolvimento no Brasil, pois se acreditava que o crescimento econômico continuado traria a inclusão social, o fim da informalidade e da pobreza, enfim nos levaria a uma sociedade mais justa.

Conforme verificamos, trata-se, na verdade, de um segmento econômico altamente dinâmico que encontrou nessa atividade uma oportunidade de subsistência e, muitas vezes, ascensão social.

Afinal de contas, o que é o “setor informal da economia?”. Como se inserem as atividades dos trabalhadores ambulantes no capitalismo industrial?

Diante dos impasses na definição pela literatura socioeconômica sobre o significado do “setor informal”, a 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho (OIT), em 1993, consagrou o “setor informal” como unidades produzindo bens e serviços com o objetivo de gerar emprego e renda para seus participantes. Nessa definição é excluída a população engajada apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo.

Segundo Gomes (2009), o trabalhador que atua no mercado seguindo primordialmente uma lógica de reprodução do seu negócio e da provisão de suas necessidades básicas e da sua família, não tem como meta explícita a acumulação ou a realização de uma rentabilidade de mercado, mesmo porque, a grande maioria não possui nem capitalização, nem organização do trabalho que sustente esses fins. Isto não significa, entretanto, que sua produção esteja fora da dinâmica do capitalismo. Ao contrário, de algum modo esse tipo de atividade alimenta essa dinâmica.

Malaguti (2000) ressalta que num cenário de desprezo pelos direitos de cidadania; falta de moradia; inexistência efetiva de um sistema público; degradação do poder aquisitivo e da qualidade de vida; de marginalização de largos segmentos da população; de desmantelamento das organizações dos trabalhadores e de crescentes níveis de desemprego, propaga-se por todos os poros da economia o fenômeno da informalidade.

A descaracterização do assalariamento, na maior parte dos casos, implica em um aumento da margem de lucro (de parte da mais-valia produzida para o capitalista) já que parte que caberia ao pagamento dos direitos sociais via tributos e impostos é totalmente sonegada.

Neste sentido, toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismo que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal (TAVARES, 2004).

É preciso reforçar aqui que rejeitamos as idéias setorialistas, defendidas pela razão dual que sustenta a separação entre a sociedade e a dimensão social dos ajustes econômicos, já que a questão social<sup>18</sup> e a questão econômica coexistem e não constituem problemas de indivíduos isolados.

Entendemos que as políticas atuais dirigidas para incrementar o “setor informal”, grande parte delas financiadas pelos organismos internacionais, embora possam minorar a questão social, podem ser entendidas como tentativa de

---

<sup>18</sup> Trazemos aqui a definição de Raul Carvalho e Marilda Vilela Iamamoto : “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (1983:77).

reproduzir e administrar as explosivas contradições desencadeadas pela atual dinâmica de reprodução do capital, com o objetivo de reafirmar o modo de acumulação capitalista na contemporaneidade que tem como elementos constitutivos o desemprego e o pauperismo.

O que tentamos mostrar na análise até agora realizada sobre a informalidade, desde suas raízes históricas, é que a pobreza e a miséria são, no caso brasileiro, resultantes da desigualdade em processo que se reproduz através de mecanismos historicamente constituídos. E que, a migração e o processo de marginalização de homens livres e libertos foram mais um ingrediente para ampliar a atividade ambulante, no Brasil, que teve sua origem na época colonial.

Com a crise dos anos 1970, contrariando as expectativas desenvolvidas pela teoria da modernização, sobretudo aquelas veiculadas pelos organismos internacionais e por seus intérpretes teóricos, o “setor informal” foi se afirmando cada vez mais como fonte de produção e de recursos, mostrando que este fenômeno podia ser prolongado no atual contexto.

## **IV - Transformações no mundo do trabalho, o papel dos organismos internacionais e as novas configurações da atividade ambulante**

### **4.1 Acumulação flexível e Informalidade**

“Não basta que o pensamento tenda para a realidade, é necessário que a realidade tenda ao pensamento” (Karl Marx) .

O início da década de 70 marca o colapso da época de ouro do capitalismo, ou seja, do longo período de expansão econômica baseada num conjunto de tecnologias, práticas de controle do trabalho, hábitos de consumo e uma determinada ordenação do poder político-econômico que podemos denominar modelo fordista-keynesiano. Esta grave crise trouxe uma série de mudanças rápidas, complexas e muitas incertezas.

O novo regime de acumulação e produção, caracterizado por processos de trabalho, mercados e demandas flexíveis, nos coloca diante de um quadro que constitui uma real novidade tanto do ponto de vista prático como teórico. A transição do fordismo para acumulação flexível e todas as transformações culturais associadas ao nosso presente merecem uma análise detalhada e atenta, e ao mesmo tempo, de acordo com Harvey (2005), devemos tentar avaliar a profundidade dessas mudanças, para não incorreremos no equívoco de pensar na não centralidade do trabalho.

Uma consequência da globalização é a compressão tempo-espaço, em que a aceleração dos processos globais faz com que sintamos que o mundo é menor e as distâncias mais curtas e que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

Harvey (2005:240) argumenta que:

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia "global" de telecomunicações e uma "espaçonave planetária" de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente e tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais.

Entretanto, o espaço pode ser "cruzado" num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou por satélite. Harvey chama isso de "destruição do espaço através do tempo" (2005: 205).

Com essa compressão tempo-espaço e revolução informacional, o mercado informal tem se diversificado já que, muitas vezes, os produtos comercializados são importados, bem como se verifica que uma parte desses trabalhadores é imigrante, inclusive estrangeiro<sup>19</sup> em situação irregular no país. Fato que pode ser explicado pelo amplo processo de abertura comercial da livre circulação de capitais, de produtos e da força de trabalho no cenário atual.

Na tentativa de analisar a profundidade das mudanças advindas no bojo da acumulação flexível, abordaremos neste capítulo as transformações do trabalho humano e as transformações culturais que configuraram uma estratégia política-econômica de superação da crise estrutural do capital instaurada no período pós 1970.

Tomando como base à concepção fordista-taylorista, caracterizada por uma produção verticalizada, alto grau de especialização de tarefas, nenhuma experiência de aprendizagem, realização de uma única tarefa pelo trabalhador, produção e consumo de bens duráveis, socialização do bem-estar social, Gramsci

---

<sup>19</sup> A pesquisa de campo realizada pelo FACL corrobora esses dados, na medida em que encontrou uma parte significativa de camelôs estrangeiros, bem como verificou-se ainda que grande parte das mercadorias são importadas, via de regra, da China.

(1990) observa que o fordismo exigiu uma série de adaptação dos trabalhadores e novas formas de consumir e outra atuação do Estado diferentemente do que ocorre atualmente. Hoje, o modelo japonês, o mais conhecido e discutido como referência a forma de acumulação flexível, é marcado pela superação da rigidez, colocando em questão os pressupostos tradicionais: o controle, a prescrição e a limitação dos movimentos que praticamente anulavam a importância do “saber-fazer” dos trabalhadores. Essa transição histórica marca o surgimento de um novo modelo caracterizado por uma produção horizontalizada, eliminação da demarcação de tarefas, aprendizagem no trabalho, múltiplas tarefas, consumo individualizado e privatização das necessidades coletivas.

Para Harvey (2005), esse período caracteriza a passagem de um padrão de acumulação caracterizado pela produção em série e de massa e pelo cronômetro para um novo padrão - a acumulação flexível - determinando a reestruturação radical do mercado de trabalho que devido ao aumento da competitividade e o enfraquecimento do poder sindical permitiram aos patrões tirarem proveito da grande quantidade de mão-de-obra excedente, impondo contratos de trabalho mais flexíveis. Na era das novas tecnologias de comunicação e informação, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado.

Assim, o trabalho passa a exigir aplicação de uma série de conhecimentos, na qual os indivíduos voltam suas capacidades para a programação e/ou controle, e isto traz como exigência à formação dos indivíduos para o trabalho com base em pressupostos pós-fordistas, sob os quais novas habilidades estão sendo demandadas, tais como: a flexibilidade nos processos de

trabalho, dos produtos, padrões de consumo, mercado de trabalho, existência de trabalhadores multifuncionais/polivalentes e em equipe, Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e Controle de Qualidade Total, e marcado por elementos constitutivos da produção como altas taxas de investimentos tecnológicos, comercial e organizacional (“just-in-time”).

Nos países de desenvolvimento tecnológico acelerado, a acumulação de capital se fortificou, as mudanças tecnológicas foram inseridas no mundo da produção fabril, provocando intensas modificações, e é possível afirmar que:

[...] a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (Antunes, 1999:15)

A idéia de um excessivo gasto público, principalmente no que diz respeito aos gastos sociais, tomou força e colocou na ordem do dia às discussões relativas à necessidade de promover políticas de equilíbrio fiscal, privatização e abertura econômica e esta seria a forma de aumentar a competitividade e devolver ao mercado o seu dinamismo.

Sabemos que os representantes do capital têm como uma das suas características fundamentais a capacidade de engendrar transformações em busca da superação das suas crises sucessivas, fruto das contradições inatas desse sistema, Antunes (1999) afirma, que essas crises estão relacionadas fundamentalmente, à crise da estrutura do capital, que na tentativa de recuperação de seu ciclo reprodutivo e resgate de seu processo de dominação deflagra intensas transformações no próprio processo produtivo, pelas vias de novas formas de acumulação.

A dispersão geográfica para zonas de trabalho mais fáceis<sup>20</sup> e medidas para acelerar o capital de giro foram algumas estratégias de sobrevivência em condições de deflação. Ao mesmo tempo, emergem estratégias cada vez mais sofisticadas voltadas para exercer o controle sobre a classe trabalhadora.

Nesse cenário, o modelo de acumulação flexível coopera para legitimar o capitalismo em nossa sociedade ao mesmo tempo em que leva o agravamento da questão social e dilui a perspectiva de classe, impedindo a visualização das desigualdades sociais e dos atores sociais na cena política, destituindo o cenário do conflito e, conseqüentemente, afastando cada vez mais a perspectiva de transformação social.

Esse padrão de acumulação marca a subsunção do ideário do trabalho aqui vinculado pelo capital de forma mais consensual, e mais manipulatório, promovendo o que Antunes (1999) chama de “sindicalismo da participação” no lugar do sindicalismo classista dos 60/70, o que permite uma aproximação do sindicalismo com o universo do ideário neoliberal, e conseqüentemente, sua desarticulação.

Antunes (1999:16) esclarece que:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da

---

<sup>20</sup> Essas facilidades dizem respeito à: baixo custo da mão de obra, incentivos fiscais, infra-estrutura imaterial (info vias), ambiente atrativo para o desenvolvimento do trabalho.

sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Obviamente, afirma Harvey (2005), a organização do trabalho necessita se dismantelar, pois, a acumulação flexível de capital representa um confronto direto com a rigidez fordista, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho e não pode conviver com um sistema jurídico que regula rigidamente a exploração da força de trabalho humana, por legislação trabalhista.

Gounet (1999) em seu livro “Fordismo e Toyotismo” analisa que, quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para aumentar a contribuição de cada trabalhador na criação de riqueza e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários.

Sendo assim, essas transformações fizeram surgir novas formas de ocupações e de contratos de trabalho, e, sobretudo, o aumento da informalidade, que por sua vez requereram mudanças estruturais e institucionais.

Verifica-se claramente uma heterogeneização do trabalho expressa também pela entrada de maior contingente feminino no mercado fabril (operário), dando origem a subproletarização em função das novas formas de oferta de vaga no mercado trabalho: trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado e todas as suas variações (Antunes, 1999).

Vale destacar que, as mudanças no mundo do trabalho se refletem de forma diferenciada de acordo com cada formação social, daí a importância das particularidades históricas da nossa formação social.

Na Europa no pós-guerra, foi implantado um Estado intervencionista (Estado de bem-estar social), enquanto que em países periféricos como o Brasil,

verificava-se o caminhar da “modernização”, impulsionado fundamentalmente pelo Estado.

Enquanto o Estado de Bem-Estar Social europeu pela universalização do assalariamento conseguiu a afirmação dos direitos sociais para todos, em nosso país essa universalização, somente foi formalizada na constituição de 1988. No entanto, grande parte desses direitos formalizados em lei não foi colocado em prática devido à ofensiva neoliberal.

Segundo o ideário neoliberal, o motor do desenvolvimento nacional seria dado, desse ponto de vista, pelo aporte de recursos externos, respeitando uma lógica global, em detrimento dos anseios e objetivos nacionais. Nesse sentido, tem-se a entrada das grandes fábricas automobilísticas estrangeiras e privatização dos serviços de telefonia e de companhias estatais com a ajuda de capital estrangeiro como: CSN (Companhia Siderurgia Nacional), Vale do Rio Doce, e etc.

Segundo o jornalista Aloysio Biondi (1999) no seu brilhante livro “O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado”, as privatizações aceleradas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, foram um verdadeiro “negócio da China”, pois o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que “compraram” as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios, aumentando a dívida externa do país.

Tal visão esvazia o debate do desenvolvimento nacional endógeno à medida que se reforça a idéia de que o financiamento de um projeto de

crescimento econômico só seria virtuoso mediante uma maior inserção produtiva do país no âmbito da economia mundial dita globalizada, portanto, a modernidade estaria na capacidade de se incluir, ainda que se forma subordinada, na economia globalizada.

O Brasil passa do modelo desenvolvimentista, que de alguma forma entende a importância do social, para a minimização do Estado para gastos públicos, repassando ao indivíduo e a sociedade a responsabilidade pelas garantias dos direitos sociais e trabalhistas. Um desafio que se impõe diante desse quadro é o resgate do potencial combativo das organizações de trabalhadores, já que estas têm centrado esforços mais na manutenção dos direitos conquistados de que na reivindicação de novos, em função do avanço da deterioração das condições de trabalho.

Entendemos que do ponto de vista político, o resultado das metamorfoses verificadas no mundo do trabalho, nos dias de hoje é a expansão, sem precedentes, do desemprego “estrutural”. Marx já tinha previsto essa possibilidade no século XIX, tendo como fator impulsionador o avanço tecnológico.

E como bem analisa Romero (2005:174):

[...] o capital não apenas define o ritmo de trabalho, mas materializa a presença do capitalismo no processo de trabalho. O despotismo do capital assume uma forma real, intervém concretamente numa forma automática, a máquina ciclópica, que substitui o trabalhador enquanto responsável pela atividade do processo de trabalho.

Entretanto, o trabalho continua a ser central, pois mesmo informal e precário, ele coopera para a acumulação, destituindo, assim o capital da responsabilidade de assegurar os direitos relativos ao trabalho.

Há um conjunto de tendências nascidas dos novos padrões de competição global, que são impactados pelo capital financeiro privado.

Singer (2000) analisa que o capital financeiro reduz o espaço de tempo entre a produção e a circulação de bens e serviços e amplia o acesso a bens e investimentos por meio de empréstimos oferecidos pelas instituições financeiras.

A própria imagem da cidade global é agora condicionada pelo chamado city marketing. A revolução da informação e a industrialização dos serviços transformam a imagem e a representação do capital. Assim a cidade difunde-se como mercadoria, como uma imensa fábrica do espetáculo. O fenômeno urbano recoberto pela estética substitui a ética na crítica ao padrão moderno.

Não podemos deixar de mencionar a crise financeira do século XXI, momento que assistimos à falência do tradicional banco de investimento Lehman Brothers fundado em 1850 e à falência da maior empresa seguradora dos Estados Unidos, a American International Group (AIG) o que resultou na pior crise do capitalismo dos últimos tempos, ocasionando demissões em massa em todo o mundo. O Brasil, assim como outros países, por estar submetido às condicionalidades externas teve impactos advindos da crise no pagamento de hipotecas dos Estados Unidos que se alastrou pela economia e contaminou o sistema mundial da economia.

Tal crise legou enormes conseqüências como: desaceleração brusca do crescimento e do emprego, efeitos negativos na balança comercial, redução acentuada dos fluxos líquidos de capital privado e do investimento estrangeiro, redução do acesso ao crédito e do financiamento do comércio, variações amplas e voláteis das taxas de câmbio.

Em nosso país, o principal efeito da crise foi a dificuldade em obter dinheiro. Grandes empresas dependiam de financiamentos externos e passaram a encontrar menos linha de crédito, e com dificuldade em captá-las no exterior, a geração de empregos e renda do país ficaram comprometidas.

Com a crise, dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) <sup>21</sup> divulgou que, até 2020, serão dois terços da força de trabalho mundial inserida no mercado informal.

Outra consequência foi a redução no consumo das famílias e do investimento das empresas, principais pilares de expansão da economia brasileira, logo, com menos dinheiro, se gasta menos, produz-se menos e o crescimento é menor. A necessidade de rever os quadros de funcionários levou várias empresas a demitirem seus empregados, conseqüentemente o nível de desemprego aumentou substancialmente no país.

Segundo Ernest Mandel (1982:75), “as leis internas do modo de produção capitalista é a razão para a inevitabilidade das oscilações conjunturais do capitalismo”. Todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista culminam periodicamente em crises de superprodução.

Assim:

Esse desenvolvimento corresponde, mais precisamente, a uma unidade dialética de períodos de equilíbrio e períodos de desequilíbrios, cada um desses elementos dando origem à sua própria negação. Todas as características do capitalismo como forma econômica estão presentes nessa descrição características baseadas em sua tendência inerente a rupturas de equilíbrio. Essa mesma tendência também se encontra na origem de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista (MANDEL, 1982:17).

---

<sup>21</sup> Matéria publicada no Jornal “Brasil de Fato”, publicação do dia 18 a 24 de junho de 2009, página 4, intitulada “O trabalho invisível”.

A tendência para as crises periódicas segue uma marcha cíclica da produção, que atravessa sucessivamente as etapas de reanimação econômica, de alta conjuntura, de “aquecimento”, de crise e de depressão, todas inerentes a modo de produção capitalista, mas inevitável à realidade desse regime.

O que caracteriza a crise de superprodução capitalista é que os rendimentos baixam, o desemprego cresce, a miséria instala-se, não porque o volume de produção baixe, mas, ao contrário, porque aumenta de maneira excessiva em relação ao poder de compra disponível. É porque os produtos são economicamente impossíveis de vender que a atividade econômica baixa e não porque são fisicamente escassos.

Segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), só no mês de dezembro de 2008, 654.946 postos de trabalho foram reduzidos, maior volume para o mês desde 1999<sup>22</sup>.

Os setores que mais sofreram com a queda da demanda, tanto no Brasil como no resto do mundo, foram o automotivo, o imobiliário e o de bens de capital (ligado aos investimentos).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção do setor automotivo, por exemplo, despencou quase 40% em dezembro/2008 na comparação com novembro, sendo determinante para que o resultado da indústria em geral naquele mês recuasse 12,4%, o pior resultado da série histórica, iniciada em 1991.

---

<sup>22</sup> Dados retirados da reportagem da Folha OnLine no dia 04 de fevereiro de 2009. Disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498780.shtml>

Outro reflexo visível da crise no mundo, e que teve especial repercussão no Brasil, foi a forte queda nos mercados acionários.

A queda no mercado acionário brasileiro é potencializada pela sua concentração em papéis de empresas que produzem commodities - cujos preços no mercado internacional despencaram devido ao esvaziamento feito pelos investidores e pela queda da demanda. Gigantes como a Vale do Rio Doce e a Petrobras, por exemplo, respondem por quase metade da movimentação da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e sofreram desvalorizações acima da média do mercado.

Embora mídias impressas e televisivas divulguem informações recentes de que o país reage e o aquecimento já atinge níveis pré-crise em vários setores, é preciso cautela para avaliar a recuperação da crise capitalista, posto que ela é ainda muito recente. Para soerguer a economia brasileira um dos instrumentos utilizados pelo governo é a política de redução de I.P.I (Imposto sobre Produto Industrializado).

Segundo dados recentes divulgados no jornal “O Globo” <sup>23</sup>, o setor de crédito registrou uma expansão de dois dígitos (15,2%), em apenas um ano, e a venda de geladeiras, fogões, lavadoras teve um crescimento de 23%. No entanto, o resultante surpreendente foi o aumento de 146% na venda de aparelhos de LCD.

Sendo um dos principais elementos de dinamismo da economia capitalista, a obtenção de crédito, segue desde o financiamento de bens de consumo aos bens duráveis, e controla assim, mesmo que aparentemente, as

---

<sup>23</sup> Matéria publicada dia 29 de novembro de 2009 no caderno Economia, intitulada “Dando a volta por cima”.

convulsões sociais e mantém o consumo aquecido, tudo com a implementação da política do governo com a redução do I.P.I.

Ajustes permanentes propugnados pela política neoliberal (desregulamentação, privatização e flexibilidade) demonstram o esforço de reestruturação das relações de trabalho, cujas conseqüências podem ser sintetizadas na idéia de informalização, a crise dos mecanismos de contratação, especialmente o assalariamento que se condensa na opção pelo trabalho informal, e que se realiza como uma resposta para a valorização privada e flexível do capital.

Os efeitos deste modelo de acumulação flexível em nosso país são mais perversos e facilmente aprofundados, uma vez que aqui se configuraram como modelos vivenciados de forma tardia e periférica.

Todavia, com a crise mundial está em xeque o projeto neoliberal. Ao invés da não-intervenção na economia o que vimos é o Estado redefinindo seu papel, intervindo na economia. Este ano foram implementados pelo governo: isenção de PIS e Confins para compra de computadores até 2014 e isenção de I. P. I até junho de 2010.

Dessa forma, a conjuntura atual ratifica a posição de muitos autores entre eles, Cocco (2001:46) segundo a qual “a ideologia do Estado mínimo não significa (e não significou) redução real do papel do Estado, mas o reforço de algumas de suas funções. O Estado neoliberal tende a reduzir os espaços de participação democrática e é permeado por fortes tendências autoritárias. E não se trata apenas de regular o mercado, sobretudo, o Estado é fundamental enquanto Estado de Polícia.

Assim compreende-se o papel contraditório do Estado em relação aos ambulantes que ora fornece incentivos ao trabalho realizado por iniciativa própria e ora desenvolve uma política de repressão aos camelôs que ocupam o espaço público da cidade do Rio de Janeiro, como veremos ainda nesse capítulo.

#### 4.2 O papel do Estado e dos organismos internacionais na formação de uma ideologia do empreendedorismo

“O capitalismo é a crença mais estarrecedora de que o mais insignificante dos homens fará a mais insignificante das coisas para o bem de todos” (John Maynard Keynes).”

“O capitalismo gera o seu próprio coveiro” (Karl Marx).”

Tem-se hoje, no mesmo momento histórico, e sob a mesma orientação teórica, proposições que parecem divergentes: por um lado, instituições financeiras internacionais recomendam que se ofereçam estímulos à expansão do “setor informal”, compreendido como atividade de sobrevivência para os extremamente pobres, bem como, órgãos representativos do governo e até representantes sindicais que recomendam a organização autônoma do trabalho, sob a forma de pequena empresa ou da microempresa, como alternativa ideal para o desemprego. Por outro lado, no cotidiano das grandes metrópoles como o Rio de Janeiro, verifica-se uma política repressiva por parte do poder público que desconhece essas atividades e tenta de todas as formas eliminá-las do cenário urbano.

Os que advogam a ordem burguesa entendem que a regulamentação do trabalho formal deve ser eliminada por constituir entrave ao emprego e por implicar em menos liberdade ao capital. Tavares (2004:51) acrescenta: “O argumento liberal sugere que o importante é ter uma ocupação, que acabou a era do trabalho/ emprego”.

Nesta proposta subjaz a idéia de que acabou a era do trabalho, ou melhor, sugere-se a abolição do regime assalariado, sendo a saída tornar-se

empresário, mesmo que, na maioria dos casos, estes não passem de trabalhadores por conta própria ou de pequenos patrões, com jornadas de trabalho superior à média dos trabalhadores empregados.

Malaguti (2000) ressalta que o trabalhador por conta própria e a pequena empresa tornaram-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitiram manter suas famílias, e que a taxa de desempregados tem aumentado tanto para nações desenvolvidas como para as não-desenvolvidas <sup>24</sup>.

Em decorrência desse grande volume de desempregados proliferam as cooperativas, as empresas familiares, o trabalho domiciliar, as micro e pequenas empresas. Essas formas de trabalho, identificadas com a independência, autonomia e a ação espontânea promovem mecanismos através dos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam lesar nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004:18).

Nesse sentido, Tavares (id. *ibid*) chama atenção que essa suposta autonomia além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário.

Além disso, caracteriza-se como uma tentativa de transferir para o indivíduo a responsabilidade de superar problemas estruturais, além de

---

<sup>24</sup> Em 1999, a taxa de desemprego aberto para as nações desenvolvidas era estimada em 6,18%, enquanto em 1975 era de 4,04%. Em 24 anos, a taxa de desemprego aberto do conjunto de 141 países pesquisados aumentou 53%. Já nas nações não-desenvolvidas, a taxa de desemprego aberto subiu 200%, passando de 1,79%, em 1975, para 5,35%, em 1999. No mesmo período, o Brasil destacou-se por ter a sua taxa de desemprego aberto aumentada em 369,4%, aterando-se de 1,73%, para 9,85%, em 1999 (Pochmann:2001:86).

desenvolver uma crença numa organização autônoma do trabalho, em função da qual o Estado reforma o aparato jurídico para que as relações fraudulentas adquiram a legalidade necessária e se adéqüem ao atual padrão de acumulação. Isto revela que o trabalho informal constitui uma perversa inserção do trabalhador no mercado de trabalho, pois o que vigora no mercado informal é a precariedade, apesar de já se observar também um pequeno segmento qualificado com rendimentos superiores e melhores condições de vida.

Assim, a subutilização da força de trabalho pode ser considerada emprego se o objetivo for apresentar menores níveis de desemprego. E a mesma ocupação precária pode ser considerada unidade produtiva da economia informal se isso servir para justificar a ausência de proteção social ao trabalho.

Não podemos deixar de mencionar também a discussão acerca da economia solidária<sup>25</sup>, defendida como uma alternativa ao desemprego, em que é preconizado o uso do capital como uma escolha individual, promovendo uma visão mistificadora da atual fase do capitalismo. Nesta perspectiva, as vontades das pessoas são tratadas como independentes das determinações do capital, apelando-se a elas para que façam uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, o projeto em questão.

O economista Paul Singer em entrevista dada a um site<sup>26</sup> defendeu a economia solidária como alternativa ao modo de produção excludente e a diferenciou da economia capitalista, alegando que nessa, a empresa está

---

<sup>25</sup> Definida como um "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária" (SENAES, 2006: 11).

<sup>26</sup> Entrevista realizada dia 20/04/2009. Site: [http://www.administradores.com.br/noticias/economia\\_solidaria\\_pode\\_ser\\_saida\\_para\\_a\\_crise\\_afirma\\_paul\\_singer/22465/](http://www.administradores.com.br/noticias/economia_solidaria_pode_ser_saida_para_a_crise_afirma_paul_singer/22465/)

inteiramente a serviço do dono e quem tem poder é quem tem capital, já naquela, os donos dos empreendimentos são os trabalhadores ou os consumidores.

Segundo Marx (1985:129):

“O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência.”

Esse fato é agravado em momentos de decadência ideológica nos quais ocorre em maior quantidade e potência a supervalorização do singular, de modo que isso se torna uma obsessão ou um fetiche: "teoria e práxis da decadência sublinham sempre a singularidade, que se torna um fetiche como unicidade, irrepetibilidade, indissolubilidade, etc" (LUKÁCS:1978,165).

Acreditamos, portanto que, a perspectiva apresentada na “economia solidária” se mostra, não como uma função social revolucionária, mas corre o risco de ser apropriada pela dinâmica do capitalismo. Para que isso não ocorra potencializar as estratégias de organização da vida dos diversos atores sociais envolvidos nessa prática e resgatar o sentido de suas práticas sociais num processo constante de lutas e conflitos em enfrentamento com as forças político-econômicas de subordinação podem ser uma estratégia.

Na configuração das contradições, conflitos e lutas é preciso levar em conta os fatores culturais que alimentam um longo e tortuoso processo de formação das classes, que se faz em campos de luta não adstritos aos processos produtivos, conforme adverte Thompson (1981 apud Kowarick,2009). Isso nos permite fugir de uma leitura em que os esquemas macroestruturais explicam

inteiramente o movimento da sociedade além de excluir os demais elementos analíticos, pois carecem de sujeitos históricos impulsionadores de mudanças.

O alargamento do instrumental analítico é cada vez mais exigido com a complexidade que adquire o fenômeno da informalidade no contexto atual. Segundo Tavares (2004) as fronteiras entre formal e informal são cada vez mais tênues (elas coexistem) e no espaço econômico ocupado pela informalidade encontramos: a) trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e; b) trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelo processo de terceirização.

A partir dos dados da pesquisa empírica realizada pela FACI, encontramos trabalhadores que fazem a opção por trabalhar como ambulante em razão dos baixos salários no setor formal e da flexibilidade de horários que essa atividade permite. Esses dados são também confirmados na pesquisa de Brandão (2008) <sup>27</sup>, conforme veremos no item a seguir

---

<sup>27</sup> Maria Beatriz [ Bitiz] Afflalo Brandão, arquiteta, realizou uma pesquisa de campo para obtenção de dados para sua dissertação de mestrado intitulada: “Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano”. Tal pesquisa tinha como objetivo o levantamento e análise das questões referentes às relações do mercado: onde estão localizados, quais as respectivas motivações para a atividade ambulante, o que era vendido, como se processava a venda, as relações com o poder público, perfil social, etc.

#### 4.3 Novas configurações do trabalho ambulante: elementos conceituais e análise dos dados empíricos da pesquisa realizada pelo FACI

“É triste ver que dentro de uma casa existem pessoas que querem trabalhar só que não conseguem emprego”.<sup>28</sup>

Na sociedade contemporânea, o trabalho informal, pela sua flexibilidade, demonstra ser uma alternativa adequada ao sistema capitalista, por isso Gomes (2006) ressalta que, no contexto da globalização da economia, as formas tradicionais do “setor informal” são recriadas, assumindo características específicas em que formas tradicionais e inovadoras convivem. O processo de terceirização, por exemplo, combina de modo inovador, práticas já existentes no passado, com as conhecidas no cenário atual.

Conforme Gomes (Id. Ibid), o trabalho informal, especialmente aquele desenvolvido pelos ambulantes, pode também ser considerado como resistência às formas mais subordinadas e mal remuneradas do mercado formal e relaciona-se ainda com a ausência de emprego, dado o aprofundamento do desemprego estrutural do mercado formal.

Para Gomes (Id. Ibid), as mudanças no mundo do trabalho marcam os traços da “nova informalidade”. “Nova informalidade” por quê?

Há uma nova configuração dos fenômenos, resultantes dos processos de flexibilização, é claro que em nada modificam a contradição capital-trabalho. Nesse sentido, no entanto, são criadas formas para que a dinâmica capitalista

---

<sup>28</sup> Depoimento de um ambulante no Programa Globo Repórter de 09/09/2005.

possa continuar se movendo de maneira diretamente integrada à nova dinâmica da produção capitalista.

Hoje com a globalização<sup>29</sup> da economia, a desterritorialização dos processos produtivos amplia a informalidade e, em especial, a atividade ambulante.

Sobre essa realidade, aponta Paul Singer:

“O impacto da globalização está se fazendo sentir de forma cada vez mais forte e difusa. A sua recepção inicial foi marcada pelo entusiasmo otimista, mas com o ocorrer do tempo este foi sendo substituído pelo temor e pelo desencanto. O mundo globalizado tornou-se mais aberto e receptivo, mas, além das novidades consumíveis, o exterior está nos mandando com a quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras.”

O perfil do ambulante na globalização se diferencia do ambulante na época que o modelo de substituição de importações estava em voga no Brasil. Devido à mobilidade do capital e mão de obra, os produtos em sua maioria comercializados são importados<sup>30</sup> e os vendedores são, muitas vezes, imigrantes.

Essa atividade ao longo das últimas décadas tem crescido. No Brasil, os dados do IBGE (2000) apontam que nas principais regiões metropolitanas do país,

---

<sup>29</sup> A expressão globalização é relacionada à atual expansão capitalista, internacionalizando capitais e impulsionada por uma revolução tecnológica. Nesse sentido, as empresas transnacionais alargam suas atividades difundindo técnicas de produção. E as fronteiras nacionais deixam de ser limites às atividades do capitalismo. Marx e Engels são elucidativos a esse respeito e falam que: “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...). Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações”.

Site da Fundação Perseu Abramo: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2493>

<sup>30</sup> Verifica-se ainda a venda de mercadorias falsificadas, produtos roubados ou importados ilegalmente. Essa dinâmica é alimentada ainda pelos consumidores conforme a enquete realizada no site do GLOBO: [www.oglobo.com.br/](http://www.oglobo.com.br/) dois gritando, para medir o grau de resistência da população à pirataria, dos quase dois mil participantes, apenas 16% afirmaram que nunca compraram produtos falsificados, contra 84% que admitiu já tê-lo feito. Segundo um dos participantes “Se diminuíssem o valor do que é vendido, a maior parte das pessoas agiria de acordo com a lei” (Jornal O Globo 25/ 12/ 2009). Sobre os consumidores de produtos vendidos por ambulantes ver ainda: GOMES, M. F. C. M.; REGINENSI, C. & BAUTES, N. *Les Commerçants Ambulants et Leurs Clients a Rio De Janeiro : des Espaces de Sociabilites en Mouvement*. Espaces et Sociétés, vol 1, No. 35. ERES, PARIS, 2008

45% dos trabalhadores estão no mercado formal e 55% no mercado informal, o que corresponde a maior parte população economicamente ativa.

Segundo Melo & Teles (IPEA,2000), a expansão das atividades informais na década 1990, é clara. Dentre 68% dos postos de trabalho gerados no comércio, mais de 21% originaram-se no comércio ambulante. Para esses autores, o espaço da cidade é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades.

Com base nesse cenário aqui desvelado, revela-se a funcionalidade do trabalho informal ao modelo de acumulação flexível, pois seu uso em larga escala do trabalho informal, neste momento histórico, representa a escolha de uma forma que se adapte ao fim capitalista. É nesse contexto que analisamos as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, que incidem no mundo do trabalho, redefinindo especialmente o uso flexível do trabalho através das relações informais.

As transformações no mundo do trabalho se expressam na redução de emprego, nos processos de terceirização, na precarização das relações salariais. Assim, a informalidade atende também à flexibilidade exigida pelo padrão de acumulação, uma vez que o caráter flexível da informalidade caminha lado a lado com o crescente desaparecimento das regulações que caracterizam o trabalho formal. As novas determinações do trabalho perpassam o tecido urbano redimensionando o espaço que passa a ser não apenas força produtiva (LEFEBVRE:1999) e ganha renovada importância para as atividades produtivas. O trabalho ambulante não foge a regra.

Na tentativa de compreender a relação e importância do espaço para análise da atividade ambulante, apreendemos através de observações que esta atividade se realiza em espaços públicos como: as praças, calçadas e ruas, pois são lugares onde há fluxos intensos, possibilitando circulação de pessoas, capital, mercadorias e promovendo, portanto, o comércio ambulante.

Considerando que os espaços ocupados por ambulantes são inicialmente públicos e não especialmente locais para realização de um serviço/comércio, verifica-se que essa ocupação é produzida para o desempenho de suas atividades. A produção desses espaços pelos ambulantes é antes de qualquer coisa, uma forma, uma expressão de resistência, bem como uma estratégia de sobrevivência no contexto urbano que não lhes é favorável.

Sendo assim, torna-se fundamental discutir a importância do espaço físico e sua relação com a atividade ambulante, pois essa atividade se espalha crescentemente pela cidade como um todo, aproveitando-se de todos os interstícios urbanos, produzindo e recriando espaços para afirmação desse trabalho.

A atividade ambulante interage com o espaço constituindo uma rede de relações sociais, ou melhor, um amplo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias e capital.

Os vendedores ambulantes não se instalam na rua de qualquer maneira, mas há uma preocupação de aproveitar lugares em que seus produtos e serviços podem ser demandados como, por exemplo: transportes, estações de metrô, centro de lazer, shoppings, etc. Essa forma de inserção revela a importância do espaço no sentido de dinamizar suas atividades econômicas.

De forma mais ampla, podemos entender as interações espaciais como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social, pois o capitalismo, como modo de produção, sobreviveu pela utilização do espaço como fator imprescindível para o desenvolvimento de suas atividades e das relações sociais necessárias para sua reprodução.

No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente pelas estratégias dos camelôs na luta por determinado espaço ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares. Assim, de não-lugar <sup>31</sup> como diz Marc Augé (2003), eles passam a ser novos lugares.

Portanto, a complexidade dessa problemática evidencia a necessidade de (re) pensar os termos da informalidade e, de modo particular, o trabalhador ambulante. É preciso analisar a atividade ambulante e suas formas de organização política e respostas dadas pelo poder público para analisarmos as possíveis alternativas que se colocam no horizonte desses trabalhadores.

O crescimento da atividade ambulante deve ser visto como fruto das mudanças no mundo do trabalho, através de recursos como a flexibilização e terceirização e também, de uma “exclusão” histórica em que os segmentos populares foram obrigados a construir estratégias de vida e de trabalho. Isto denota a necessidade de compreensão da temática informalidade como parte da realidade da vida urbana brasileira, e de aprofundarmos como essa atividade

---

<sup>31</sup> Marc Augé(2003) define o lugar como identitário, relacional e histórico, e um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. Não-lugares e lugares são apenas espaços polarizados, mas complementares.

expandiu-se no Rio de Janeiro por estar na rota de precarização das relações de trabalho e pelo fato das desigualdades sociais aqui serem tão marcantes.

Para Tavares (2004), problemas como o desemprego se explicam na própria dinâmica do capital e devem ser analisados no interior do processo de produção capitalista, e não fora dele, pois fazendo assim percebe-se a pretensão de mascarar o antagonismo de classe sem atentar para a base da questão: que é um modelo de acumulação pautado na flexibilização.

É visível que a atividade ambulante se coloca como uma alternativa às péssimas condições de trabalho do segmento formal mal remunerado.

Sob essa ótica, só é possível pensar o trabalho informal como uma forma inerente à totalidade da produção capitalista. Tavares (2004) esclarece que os mecanismos de interação que existem hoje entre o trabalho informal e a produção capitalista indicam que ele tende a deixar de ser intersticial para tornar-se cada vez mais essencial.

Para Oliveira (2003: 69) o capitalismo preocupou-se em criar uma larga “periferia” onde predominasse padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.

Os artifícios à disposição da acumulação flexível possibilitam um exército de trabalhadores sem nomes, sem rostos, sem registro, e conseqüentemente, sem necessidade de proteção social.

Com isso, queremos ressaltar que a conjunção dialética entre reordenamento do capital, inovações tecnológicas, fragmentações dos processos

de produção aliada ao poder ideológico do discurso burguês fomentam o crescimento da informalização do trabalho.

A grande visibilidade devido à ostensiva ocupação no espaço público faz com que, os vendedores ambulantes, no Rio de Janeiro, continuem sendo objetos de investigação e estudos por parte de estudiosos. Esses ambulantes são alvos constantes de ações repressivas por parte de agentes governamentais, principalmente no Rio, pela Guarda Municipal (GM) denominada “rappa” e estão presentes de forma recorrente nos discursos políticos de candidatos de diferentes partidos.

Juntamente com os dados obtidos através do trabalho de campo da pesquisa realizada pelo FACI<sup>32</sup> chamada “Os vendedores ambulantes dos espaços públicos de Marselha (França) e do Rio de Janeiro (Brasil): experiências e ambiências urbanas voltadas para um desenvolvimento sustentável”<sup>33</sup>, e que hoje, é parte da rede internacional “*Ambulantage entre local et le global*”<sup>34</sup>, adicionaremos dados de outra pesquisa, documentos e informações da mídia em geral para a realização de uma análise mais consistente devido à relevância da temática explorada.

A pesquisa acima mencionada visava compreender as práticas de trabalho e a construção da identidade do comerciante ambulante, o camelô, além de situar essa economia tida como “informal”, sob a ótica da produção e suas relações com a economia formal.

---

<sup>32</sup> Núcleo de pesquisa e extensão “Favela e Cidadania”, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Site: <http://www.ess.ufrj.br/faci/index.html>.

<sup>33</sup> Esta pesquisa foi realizada no mês de Abril de 2005, através de um trabalho de campo com 101 vendedores ambulantes do Rio de Janeiro, que responderam um questionário.

<sup>34</sup> Esta rede é coordenada pelo prof. Jérôme Monnet do Institut François d’Urbanisme (IFU) –Université Paris VIII.

A escolha dos lugares para aplicação dos questionários da pesquisa foi feita com o intuito de demonstrar que os vendedores ambulantes possuem formas de inserção urbana bastante diversificada, e que a maior parte deles aprende a utilizar em seu benefício os recursos disponíveis dentro do espaço urbano.

Assim, procuramos recolher informações em diferentes pontos da cidade para dar conta da diversidade da atividade ambulante no Rio de Janeiro, conforme pode ser verificado na tabela (1) abaixo:

<b>Tabela 1: QUANTIDADE DE ENTREVISTA POR LOCAL</b>		
	<b>Nº de entrevistas</b>	<b>%</b>
FEIRA DO LIDO	10	10%
RUA COPACABANA	12	12%
PRAIA COPACABANA	9	9%
FEIRA NOTURNA OTHON	10	10%
URUGUAIANA RUA	15	15%
URUGUAIANA CAMELÓDROMO	15	15%
ROCINHA MERCADO POPULAR	9	9%
ROCINHA RUA E PRAIA DE SÃO CONRADO	6	6%
ROCINHA FEIRA DO BOIADEIRO	15	15%
TOTAL	101	100%

No centro da cidade, escolhemos o Camelódromo, tido como um lugar “oficial” para os ambulantes, e a rua Uruguaiana por nela se situar vários ambulantes, além de constituir-se como um ponto estratégico para os negócios e parte do centro histórico do Rio. Como Copacabana é considerada o cartão postal da cidade e local de maior movimento dos turistas foram pesquisados: a Feira do Lido, a Praia de Copacabana e a Feira Noturna em frente ao Hotel Othon e

principais ruas desse bairro como Avenida Nossa Senhora de Copacabana e adjacências. Foi necessário também ir até os “lugares da pobreza” como as favelas, sendo a Rocinha escolhida por ser a maior favela da cidade e ao mesmo tempo por conta de se encontrar nesse local um camelódromo construído pela prefeitura.

Segundo os dados obtidos, a escolha do local por parte de cada ambulante deve-se:

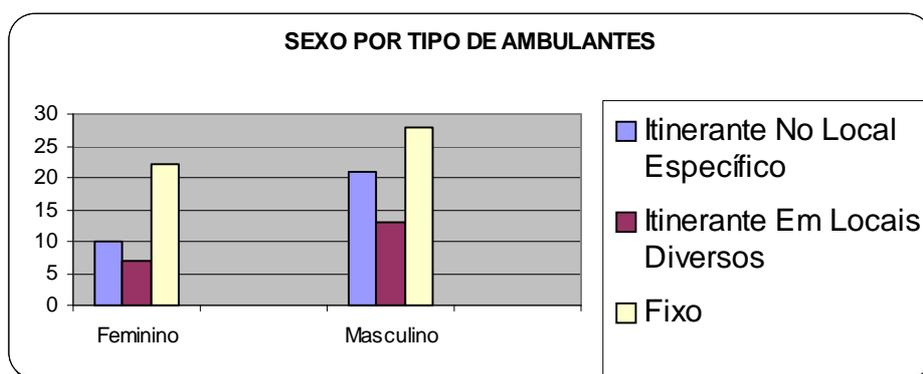
- A quantidade de fluxo de pedestre no local;
- A possibilidade de aproveitar as ofertas de serviços como, por exemplo: de transportes, estações, centro de lazer, shoppings, etc.

Os vendedores ambulantes não se instalam na rua de qualquer maneira, mas há uma relação com os serviços desenvolvidos em cada área e com o fluxo de clientes, por isso se situam próximos aos pontos turísticos (praias, calçadões, etc.) ou comerciais (centro, shopping, centro de lazer, etc.).

Ao analisar na próxima página a tabela (2) e o gráfico (1), é necessário que se entenda as três tipologias. A tipologia “fixo” é característica daqueles ambulantes que estão em espaços legitimados junto ao poder público, ao passo que, “Itinerante” deve-se as estratégias de mobilidade em função de horários e arranjos com a guarda municipal.

<b>Tabela 2: SEXO POR TIPO DE AMBULANTES</b>				
	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Qte</b>	<b>%</b>
Itinerante No Local Específico	10	21	31	30%
Itinerante Em Locais Diversos	7	13	20	20%
<b>Fixo</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>50</b>	<b>50%</b>
Total	39	62	101	100%

**Gráfico 1**



Como já assinalado anteriormente, a atividade ambulante cria e transforma o espaço. Tal afirmativa pode ser corroborada por informações extraídas do Globo Repórter <sup>35</sup> que demonstrou exemplos da transformação desse espaço: a) trabalhadores ambulantes que criaram uma espécie de “Shopping da Estrada” situado na BR-163, Mato Grosso do Sul e que possuem em média 50 barracas; b) o caso da professora Leona Bulhões, professora de Matemática, que

<sup>35</sup> A reportagem foi intitulada : “O que fazer para driblar o desemprego? Qual a radiografia do trabalhador da rua”, no dia 09/09/2005.

mora no Rio de Janeiro e dá aula particular à beira do mar perto do quiosque do marido, e intitula o seu local de trabalho como “Escola do Mar”.

O conjunto desses espaços constitui um espaço público, de livre circulação. Todavia, esses lugares públicos tornam em muitos casos lugares de conflito pelo uso do espaço, envolvendo alguns riscos como:

- Disputas pela posse do ponto;
- Perseguição de fiscais da prefeitura (Guarda Municipal, o “rappa”);
- Preocupações com a violência que aparece em dois níveis: a) através de diversas formas de agressões (roubos) aos quais eles estão continuamente expostos; e b) a outra forma de violência mais “simbólica” que é agregada a sua imagem: a idéia de que eles sejam cúmplices de ladrões ou revendedores de mercadorias roubadas.

A prefeitura do Rio de Janeiro anunciou recentemente o programa “Alvará já”<sup>36</sup> que visa desburocratizar a emissão do documento com o uso da internet. Neste caso, o objetivo é dar uma licença com data de validade fixada, até o trânsito oficial ser concluído. A partir de abril de 2009 todos os camelôs serão incluídos no Cadastro Unificado do Comércio Ambulante, o CUCA. Assim o banco de dados indicará quando um camelô tentar licença para mais de um ponto. As autoridades municipais acreditam que com isso terão o completo controle do mercado informal. A prefeitura estuda dobrar as licenças para camelôs, já que a lei limita a 18,4 mil os assentamentos para o comércio ambulante.

Portanto, a complexidade dessa problemática evidencia a necessidade de (re) pensar os termos da informalidade e, de modo particular, o trabalhador

---

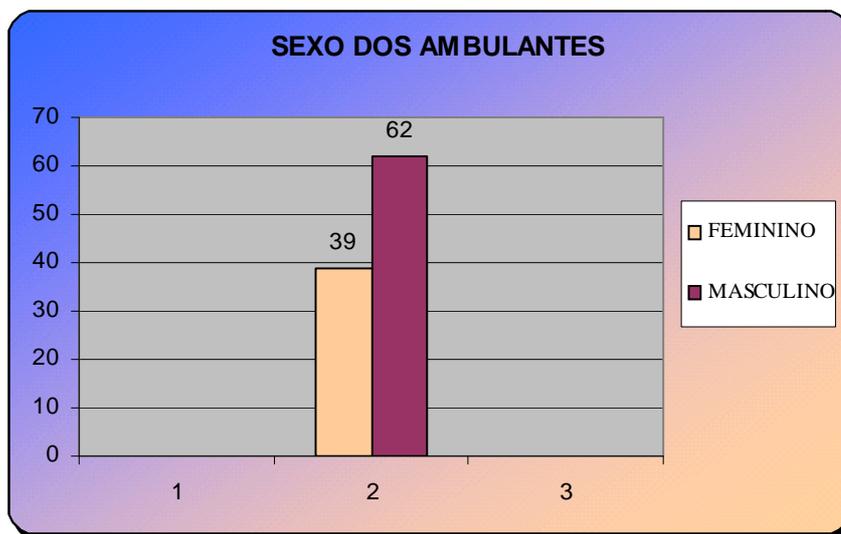
<sup>36</sup> Matéria publicada no Jornal O Dia, dia 18/03/2009, página 5.

ambulante. É preciso analisar a atividade ambulante a partir das trajetórias de vida e de trabalho e, como as experiências são processadas e afirmadas no cotidiano e expressas no modo de vida desses trabalhadores.

A tabela (3) e o gráfico (2) abaixo revelam uma participação maior dos homens na atividade de ambulante. Vale ressaltar que, esses resultados aparecem também em outros estudos sobre os vendedores ambulantes do Rio de Janeiro (IPEA,2000). Isso pode ser explicado à medida que essa atividade ambulante envolve alguns riscos.

<b>Tabela 3: SEXO DOS AMBULANTES</b>		
	QTE	%
FEMININO	39	39%
MASCULINO	62	61%
TOTAL	101	100%

**Gráfico 2**



Os homens aparecem com maior frequência nos espaços estudados, e em decorrência disso, são também maioria na amostra realizada. Este dado pode

estar relacionado ao fato de que estes na maioria das vezes são chefes de família, têm a atividade ambulante como sua principal fonte de renda e, em muitos casos, foram atingidos pela crise do emprego. Assim, no universo de 62 homens entrevistados, 35 deles moram com filhos e cônjuge, como mostra abaixo a tabela (4), a maioria deles, 54 num universo de 62 homens entrevistados, se considera chefe de família conforme a tabela (5) da próxima página.

Muitos entraram para a economia informal de forma provisória (até encontrar um novo emprego) e depois de algum tempo se estabeleceram nesse espaço, devido à falta de emprego e os baixos salários oferecidos pelo setor formal.

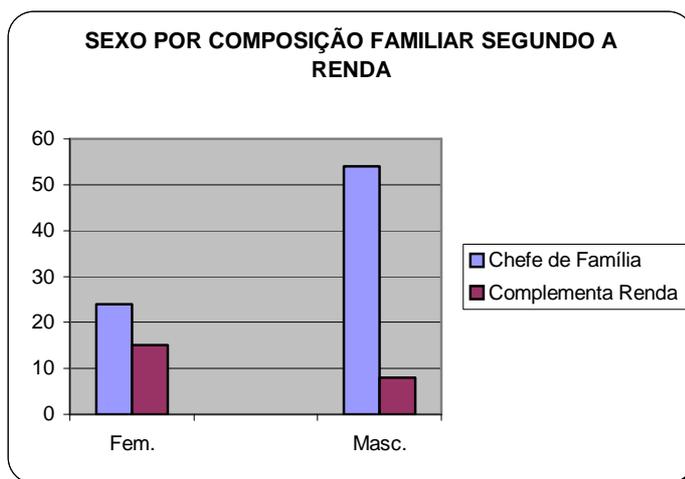
<b>Tabela 4: SEXO POR COMPOSIÇÃO FAMILIAR</b>				
	Fem.	Masc.	Qte	%
Mora Sozinho	10	9	19	19%
Mora Com Os Pais	3	10	13	13%
<b>Mora Com Cônjuge e Filhos</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>54</b>	<b>53%</b>
Mora Com Cônjuge	0	4	4	4%
Mora Com Filhos	7	0	7	7%
Mora Com Irmão	0	3	3	3%
Mora Com Outros Parentes	0	1	1	1%
Total	39	62	101	100%

Os vendedores ambulantes homens consideram-se chefe de família em relação à renda, o que significa que a atividade de ambulante é a principal fonte de rendimento. Enquanto algumas mulheres entrevistadas vão considerar que a

atividade ambulante apenas complementa a renda familiar. (Analisar tabela (5) e gráfico (3) abaixo)

<b>Tabela 5</b>				
<b>Sexo por composição familiar segundo a Renda</b>				
	<b>Fem.</b>	<b>Masc.</b>	<b>Qte.</b>	<b>%</b>
<b>Chefe de Família</b>	<b>24</b>	<b>54</b>	<b>78</b>	<b>77%</b>
Complementa Renda	15	8	23	23%
Total	39	62	101	100%

**Gráfico 3**



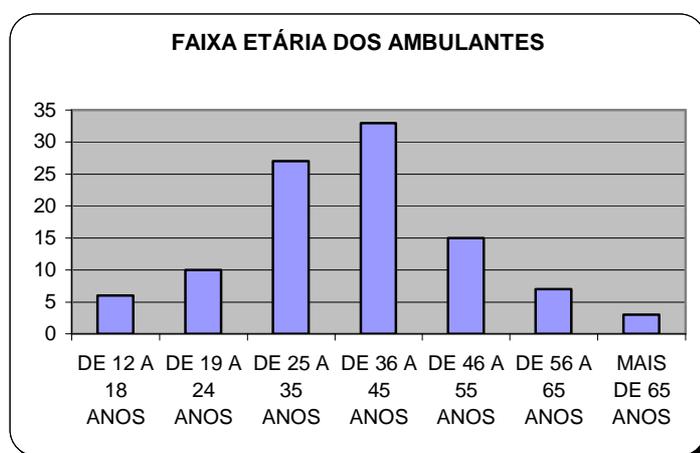
Em muitos casos para assegurar um rendimento mínimo, os ambulantes envolvem uma rede de natureza familiar como foi observado no Globo Repórter na matéria citada anteriormente. Esse é, por exemplo, o caso do Sr. Joel Romeiro, ourives desempregado, que trabalhou durante 26 anos numa fábrica de bijuteria que fechou há sete anos atrás, então na sua própria casa fabrica as bijuterias e sua esposa as vende.

Por outro lado, devemos chamar atenção que, em relação ao universo investigado na reportagem do Globo Repórter que abarcou ambulantes dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, podemos encontrar as seguintes características: a) grande parte dos entrevistados é constituída por aposentados que realizam a atividade ambulante para complementar sua renda, visto que o dinheiro proveniente da aposentaria é insuficiente para a sobrevivência; b) a maioria auferir rendimentos superiores ao mercado formal; c) apontam a flexibilidade do trabalho como uma vantagem, apesar de reconhecerem que sua jornada de trabalho às vezes é superior ao do mercado formal. Esses dados corroboram em parte e complementam as informações obtidas em nossa pesquisa. No entanto, deve-se ressaltar o caráter apologético das informações apresentadas na reportagem que no fundo mostra o setor informal e o ambulante como uma saída nessa crise através de um universo bem determinado e, ao mesmo tempo, camufla os problemas vivenciados pela maioria dos ambulantes.

De acordo com nossas informações, obtidas durante nosso trabalho de campo, é interessante sublinhar que os indivíduos que se situam na faixa etária de 36 a 45 anos - tabela (6) e gráfico (4) na próxima página, ou seja, dentro de um perfil adulto e no auge do seu ciclo de vida produtiva, enfrentam dificuldades em conseguir uma ocupação formal a partir de 40 anos, o que foi mencionado pela maioria dos nossos entrevistados: “Tenho 40 anos. Quem vai me dar um emprego?”.

<b>Tabela 6: Faixa etária dos ambulantes</b>		
	<b>Qte.</b>	<b>%</b>
DE 12 A 18 ANOS	6	6%
DE 19 A 24 ANOS	10	10%
<b>DE 25 A 35 ANOS</b>	<b>27</b>	<b>27%</b>
<b>DE 36 A 45 ANOS</b>	<b>33</b>	<b>33%</b>
DE 46 A 55 ANOS	15	15%
DE 56 A 65 ANOS	7	7%
MAIS DE 65 ANOS	3	3%
TOTAL	101	100%

**Gráfico 4**



Percebe-se que, os que estão na faixa etária entre 36 a 45 anos de idade (33%) têm, muitas vezes, ingressado no mercado de trabalho pela porta da formalidade, deslocando-se progressivamente para o campo da informalidade, fato

associado em geral, a precariedade de sua inserção no mundo de trabalho e pela crise do emprego na atualidade.

Os que estão na faixa etária entre 25 a 35 anos de idade que correspondem a uma percentagem significativa de 27%, muitas vezes ou já entram no mercado de trabalho pela via da informalidade ou devido à coincidência de sua inserção no mercado de trabalho com o estreitamento das portas do trabalho formal acabam partindo para a informalidade, embora tal observação careça de maior aprofundamento. O que podemos inferir é que, os ambulantes com idade entre 25 a 45 anos expressam a idade de trabalhadores economicamente ativos.

Ao observar na tabela (7) apresentada a seguir, 33% dos entrevistados trabalharam de um a cinco anos no mercado trabalho formal, enquanto 32% dos entrevistados, a resposta não se aplica. Esta última resposta deve-se ao fato da atividade ambulante ser sua primeira inserção no mercado de trabalho, dando base à observação feita no parágrafo anterior de que muitas pessoas já entram no mercado de trabalho pela via da informalidade.

Nota-se a seguir na tabela 8, que a maioria dos entrevistados (46,6%) começou a trabalhar como ambulante por terem ficado sem trabalho, e em seguida procuraram outro emprego formal e não conseguiram, restando então a atividade de ambulante.

<b>Tabela 7:</b>		
<b>Anos que trabalhou no mercado formal</b>		
	<b>Qte.</b>	<b>%</b>
MENOS DE 1 ANO	11	11%
<b>DE 1 A 5 ANOS</b>	<b>33</b>	<b>33%</b>
DE 6 A 10 ANOS	13	13%
DE 11 A 15 ANOS	6	6%
DE 16 A 20 ANOS	4	4%
DE 21 A 25 ANOS	1	1%
DE 26 A 30 ANOS	1	1%
<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>32</b>	<b>32%</b>
TOTAL	101	100%

<b>Tabela 8</b>		
<b>Por que começou a trabalhar como ambulantes?</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Ficou s/ trabalho e procurou, mas não conseguiu emprego.</b>	<b>47</b>	<b>46,6</b>
Ficou s/ trabalho e logo foi ser ambulante.	5	5
Para complementar a renda, pois tinha outra atividade.	5	5
Para complementar a renda, mas definitivamente ficou ambulante.	2	2
Resolveu deixar a ocupação anterior para ser ambulante.	7	6,9
Outro	35	34,5
Total	101	100

De acordo com a pesquisa <sup>37</sup> intitulada “Camelôs: o sonho perseguido”, realizada em 1987 por Bila Sorj<sup>38</sup> que focalizou um segmento do “setor informal”: os vendedores ambulantes que ocupavam naquela época as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, a análise da atividade ambulante não pode estar condicionada à questão do desemprego, já que grande maioria do universo pesquisado (54,8%) <sup>39</sup> dos entrevistados demitiu-se voluntariamente do último emprego. Esses dados, segundo a autora, contrariam a afirmação de que o setor reúne os desempregados, ou seja, um contingente de mão-de-obra disponível que não obtiveram colocação no mercado formal de trabalho, pois ela afirma que o comércio ambulante se constitui numa opção de trabalho para a maioria dos indivíduos que dele se ocupa.

Já na nossa pesquisa, embora com um universo pesquisado maior (foram 101 entrevistados) que o da profa. Bila Sorj (foram apenas 40 entrevistados) não tivemos esse resultado tão expressivo, apesar dos entrevistados apontarem como motivação para entrada e permanência na atividade ambulante a autonomia, ganhos auferidos maior que no “setor formal”, flexibilidade de horário, todavia o desemprego é um ingrediente para o crescimento da atividade informal, mais especificadamente, da atividade ambulante.

A permanência na atividade ambulante não se deve apenas a busca da ascensão social defendida por Bila Sorj, e sim de acordo com Tavares (2004), coloca-se com uma forma alternativa ao capitalismo, pois transformar operário em

---

<sup>37</sup> Pesquisa publicada na Revista Ciência Hoje, nº47, novembro de 1988.

<sup>38</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester (Inglaterra) e atualmente, professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

<sup>39</sup> Na pesquisa citada, foram entrevistados quarenta camelôs escolhidos aleatoriamente nas ruas do Centro da cidade e de Copacabana.

empregador/patrão, numa condição em que o indivíduo é assalariado de si mesmo, é mudar apenas a forma e preservar o conteúdo. A ocupação do vendedor ambulante é considerada, na escala das atividades precárias, como uma das mais degradantes, pois junta novas formas de flexibilização e antigas dinâmicas de exclusão.

Portanto, em certas relações de trabalho com o capital, por serem tão distantes, parecem inexistentes:

“ O indivíduo, por exemplo, que sem nenhum vínculo empregatício torna-se vendedor de determinadas mercadorias para um capitalista que ele ignora quem seja certamente engendrará entre os dois algo mais que a simples distância de classe (...) Mas essa distância entre os indivíduos não elimina a integração subordinada do trabalho ao processo de reprodução capitalista, porque cada uma das vendas realizadas, por menor que seja, contribui para que, mais rapidamente, o capital cumpra o seu ciclo. Contudo, o trabalhador envolvido nesse processo, como não existe um sujeito que personifique o comando, geralmente pensa que trabalha para si próprio. (Tavares: 2004:143).”

Para endossar o que pretendemos defender, analisamos os dados da Pesquisa da Economia Informal Urbana, realizada em 1997 e 2003, juntamente com o IBGE.

Tais dados nos permitem concluir que o crescimento do “setor informal” está relacionado com o desemprego, embora este elemento não exclua uma opção por parte de alguns indivíduos, conforme vimos anteriormente. Veja a seguir:

Motivo que os levou a iniciar o negócio (%)	1997			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	100	100	100,0	100,0	100,0
<b>Não encontrou emprego</b>	25,0	<b>28,4</b>	18,5	31,1	<b>34,2</b>	25,1
Oportunidade de fazer sociedade	2,4	2,1	3,0	1,0	1,0	1,0
Horário flexível	2,1	0,9	4,4	1,9	1,0	3,7
Independência	20,1	22,1	16,4	16,5	17,6	14,2
Tradição familiar	8,5	10,0	5,6	8,1	9,5	5,3
<b>Complementação da renda familiar</b>	17,7	9,6	<b>33,2</b>	17,6	10,4	<b>32,0</b>
Experiência na área	8,6	10,7	4,7	8,4	10,6	4,0
Negócio promissor	8,3	9,2	6,4	7,4	8,4	5,3
Era um trabalho secundário	2,0	2,5	1,2	2,1	2,3	1,7
Outro motivo	5,1	4,4	6,4	5,8	4,9	7,5
Sem declaração	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3

Fonte: ECINF 1997/ 2003 - IBGE

A tabela abaixo, também do ECINF-IBGE (1997/2003) nos mostra que 26,8% dos entrevistados foram demitidos, ou seja não saíram voluntariamente do emprego.

Motivo de Saída	1997			2003		
	Total	Conta própria	Empregador	Total	Conta própria	Empregador
Total	100	100	100	100,0	100,0	100,0
<b>Foi dispensado</b>	<b>26,8</b>	28,4	17,0	<b>30,8</b>	31,8	24,0
Aposentou-se	4,8	5,0	3,6	3,0	3,3	1,2
Motivos pessoais ou familiares	24,5	24,5	24,8	19,4	18,6	24,6
Baixa remuneração	17,9	17,7	19,1	13,4	13,5	13,0
Outros motivos (1)	25,8	24,3	35,2	32,7	32,2	36,6
Sem declaração	0,2	0,2	0,2	0,6	0,6	0,6
participação no total dos proprietários	34,8	35,4	31,8	25,7	25,7	25,3

Fonte: ECINF 1997/ 2003 - IBGE

(1) Agregação de: tinha contrato por tempo determinado, negócio anterior faliu ou não ia bem, não se adaptou ao trabalho, tinha trabalho secundário que estava dando certo. Na composição deste percentual, as evidências apontam que os três primeiros aspectos sejam dominantes, uma vez que menos de 10% dos entrevistados têm trabalho secundário.

A atividade ambulante, à medida que vem se expandindo e tornando-se cada vez mais diversificada e lucrativa, passou a ser ocupada por homens e mulheres adultos com níveis de escolaridade relativamente altos (Ver tabela 9, na próxima página).

<b>Tabela 9: Até que série estudou?</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	4	4
Não freqüentou a escola, mas sabe ler e escrever	5	5
1° Grau Incompleto	24	23,8
<b>1° Grau Completo</b>	<b>33</b>	<b>32,7</b>
2° Grau Incompleto	11	10,9
2° Grau Completo	15	14,9
3° Grau Incompleto	5	5
3° Grau Completo	2	2
Ainda estuda	2	2
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100</b>

A estrutura de emprego e o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro têm-se caracterizado pela presença de amplo setor de serviços e pela predominância de pequenas e médias empresas, nas quais os salários são baixos. Assim, tanto a pesquisa da Sorj como a nossa mostraram que os baixos salários que raramente ultrapassam o salário mínimo, a rigidez de horário foram motivos para que ambulantes permanecessem na atividade informal, que lhes proporcionam, autonomia, ganhos diários, maior rendimento e flexibilidade de horários.

Por isso, na sociedade contemporânea, o trabalho informal, pela sua flexibilidade, demonstra ser uma alternativa adequada ao fim capitalista, contribuindo para relações sociais desprotegidas e, sobretudo, destituídas de

marco legal. Embora os sujeitos nela implicada resistam e até “escolham” esta atividade tendo em vista as condições de trabalho e os baixos salários oferecidos no mercado formal. É preciso ainda apontar, dentro das contradições observadas, que o pequeno número de trabalhadores consegue se afirmar no setor informal com sucesso, como é o caso de alguns trabalhadores especializados entrevistados no Globo Repórter<sup>40</sup>.

A possibilidade de o capitalismo explorar a custos mais baixos a força de trabalho tem no trabalho informal uma forma adequada ao padrão flexível de acumulação e é através da tabela apresentada na página seguinte que pretendemos sinalizar a lógica flexibilizadora e seus mecanismos que deflagraram uma explosiva informalização do trabalho, que tem nexos com a acumulação do capital.

Segundo Idson (Líder do Movimento Unido dos Camelôs) os maiores vendedores de doces industrializados do país (chocolates, balas, chicletes, etc) são os ambulantes e posiciona:

Os produtos vendidos por camelôs são fabricados por empresas formais que exploram esses vendedores, o que revela uma relação estreita entre o mercado formal e o informal em tempos de globalização. Assim os camelôs são empregados indiretos dessas empresas, geram empregos, pagam taxas e impostos indiretamente.

---

<sup>40</sup> O Sr. Lacarnélio, por exemplo, desenhista e desempregado produz e vende uma revista em quadrinhos Celton nas ruas de Belo Horizonte, considerando-se hoje um profissional bem sucedido e com melhores condições de vida e trabalho comparando sua situação anterior no mercado formal de trabalho.

<b>Tabela 10</b>		
<b>Quanto ganhava por mês no último trabalho?</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Menos de 1 S.M.	4	4
<b>De 1 a 2 S.M.</b>	<b>58</b>	<b>57,4</b>
De 3 a 5 S.M.	14	13,9
Mais de 5 S. M.	4	4
Mais de 6 S.M.	3	3
Não lembram	18	17,7
Total	101	100

É perceptível a precariedade das relações salariais ao analisarmos a tabela (10) acima, em que 58 dos entrevistados que correspondem a 57,4% ganhavam no seu último trabalho, no setor formal, de um a dois salários mínimos<sup>41</sup>.

Nesses casos, é visível que a atividade ambulante se coloca como uma alternativa às péssimas condições de trabalho do segmento formal mal remunerado. E não se pode ignorar a funcionalidade do trabalho informal uma vez que, a informalidade garante a flexibilidade que o capital reivindica e ainda sem os custos sociais.

Dessa forma, comparando os dados obtidos em nossa pesquisa com as informações da mídia em geral demonstradas no decorrer desse capítulo,

<sup>41</sup> Em 2005, esse salário correspondia a R\$ 300,00 (Trezentos Reais.)

apontamos os seguintes pontos comuns em relação ao trabalhador ambulante e sua atividade no momento atual:

a) a flexibilidade da jornada de trabalho e um rendimento maior são apontados como vantagens da atividade que realizam;

b) há uma diversificação muito grande das atividades e dos rendimentos auferidos;

c) desenvolvem atividade que mantém um relação estreita com o setor formal da economia;

d) a maioria inicia esse tipo de trabalho em caráter provisório e aos poucos se torna definitivo;

e) essa atividade não é desenvolvida apenas por pessoas com pouca escolaridade nem por pessoas totalmente desprovidas, mas por desempregados<sup>42</sup>;

f) a expansão no comércio ambulante não tem acarretado necessariamente um agravamento das condições de vida desses trabalhadores, embora tenham possibilitado lucros maiores por parte do capital.

A pesquisa analisou também a mobilização e organização dos trabalhadores informais, tendo como referência, o caso MUCA (Movimento Unidos dos Camelôs)<sup>43</sup> que recebe apoio da CUT-(Central Única dos Trabalhadores).

A diversidade da atividade dos ambulantes e a mobilidade dos trabalhadores colocam dificuldades à organização da categoria, dificuldade essa que fica evidente na pesquisa quando 77% dos entrevistados apesar de resistirem

---

<sup>42</sup> De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo realizada em abril de 2005, 32,7% dos entrevistados possuíam 1º grau completo e apenas 4% nunca tinha frequentado uma escola e não sabia ler nem escrever. (Ver página 92 dessa dissertação)

às novas formas de subordinação de trabalho afirmam que não estão filiados a nenhum sindicato conforme mostra a tabela 11.

<b>Tabela 11</b>		
<b>É FILIADO AO SINDICATO</b>		
	<b>QTE</b>	<b>%</b>
<b>SIM</b>	23	23%
<b>NÃO</b>	<b>78</b>	<b>77%</b>
<b>TOTAL</b>	101	100%

Para Idson, um dos líderes do movimento, houve várias tentativas de organização e menciona que tiveram bons momentos na década de 90 quando conseguiram mobilizar mais de 20 mil camelôs daquela época, o que ocasionou inúmeros debates na Câmara dos Vereadores e, posteriormente, conquistaram a lei nº1.876/92<sup>44</sup> que regulamenta o comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, pondera que, depois disso, o movimento recuou, não permitindo uma maior pressão junto à administração municipal.

Ressalta ainda que, o MUCA quer promover a unidade e fortalecer as lutas sociais, e que as lutas nem sempre são as mesmas, então o papel do

---

<sup>44</sup> Este movimento tem como líderes uma mulher conhecida como Maria dos Camelôs e por Idson, um homem formado pelos movimentos ligados à pastoral da Igreja progressista de Caxias (Município de Baixada Fluminense).

<sup>44</sup> Essa lei estabelece critérios definindo o tipo de pessoa que poderia ser comerciante ambulante, sendo principalmente os desempregados que só poderiam ficar dois anos até conseguirem uma outra colocação; os egressos do sistema penitenciário; pessoas que chamavam de desamparadas (maiores de 45 anos que têm dificuldades de se inserir no mercado de trabalho) e deficientes físicos. Outro critério seria o tipo produto que não poderia ser comercializado pelos ambulantes: bebida alcoólica; arma; munição, alimentos preparados no local exceto: pipoca e algodão doce, entre outros; sapatos; malas; roupas; animais; relógios; óculos; medicamentos e artigos eletrônicos. Além de determinar os locais para alocação de camelôs na cidade.

movimento é motivar, unificar e contribuir para a solidariedade, pois a luta pela a sobrevivência é a mesma para todos.

As iniciativas locais de organização e de resistência dos camelôs são importantes, no entanto, há assentamentos de barracas em vários espaços da cidade, como: Castelo, Santa Luzia, Central do Brasil, etc., que estão atreladas ao poder público municipal, através de conchavos e propinas e que, segundo ao Idson e Maria (líderes do movimento também), impedem que o Movimento avance mais nas conquista e na forma de organização, pois muitos ambulantes só têm uma visão comercial e querem o assentamento para sobreviver, mas não se interessam por questões de ordem coletiva. Além disso, existem organizações clandestinas que são consideradas perigosas e que acabam colocando empecilho à luta dos camelôs. Sem dúvida, conforme adverte Kowarick (2009: 66), referindo-se aos movimentos urbanos, sem partidos que dêem sentido e direção às reivindicações populares, a participação de múltiplas associações continuará multifacetada e, portanto, sem se adicionar num espaço coletivo de transformação.

Em julho de 2003, o MUCA retomou a luta e seus integrantes fizeram inúmeras passeatas, atos públicos e audiências na Câmara dos Vereadores. Maria dos Camelôs coloca que eles não conquistaram espaços em matéria de assentamento, mas afirma que através de suas ações se tornaram conhecidos.

Esse movimento, além de apoio da CUT que empresta carro de som, telefone e também oferece serviços jurídicos, possui apoio da SINDIPETRO (Sindicato dos Petroleiros) que ajuda financeiramente o MUCA.

Há também uma aproximação por parte de alguns comerciantes locais que entendem que muitas vezes o camelô é um atrativo a mais para seus clientes e, por essa razão, posicionam-se contra a repressão violenta da GM (Guarda Municipal).

Essa repressão, segundo esses comerciantes, acaba assustando os clientes, que com medo acabam indo para Shopping Center, por ser um lugar considerado seguro. Maria dos Camelôs diz: “Se eles não quisessem camelô na rua, eles deixavam os GMs entrarem nas lojas para pegar a gente, porque a gente corre para dentro das lojas.”.

De modo geral, o discurso da prefeitura e da mídia, na maioria das vezes tentam desqualificar os trabalhadores ambulantes rotulando-os como ilegais, forasteiros, baderneiros e marginais. Idson coloca que, em 1992, a expressão “pirataria” não era nem conhecida, e hoje é o “jargão” da prefeitura contra os trabalhadores ambulantes. Pontua que, é uma realidade a pirataria no meio dos ambulantes, e a prefeitura aproveita-se desse fato para agir violentamente contra eles. E Maria dos Camelôs acrescenta: “Todo mundo sabe de onde vem à pirataria, porque não vão lá e pegam? É mais fácil pegar daqui dos camelôs, porque não dão dinheiro a eles”.

No decorrer da pesquisa, a GM foi acusada pelos camelôs de cobrar propina<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Durante o trabalho de campo realizado no Camelódromo da Uruguaiana e suas adjacências, os pesquisadores observaram o recolhimento de propina por parte da guarda municipal dos camelôs que não estão instalados nos boxes “oficializados”.

Atualmente lutam pelas condições ambientais de trabalho, espaço para armazenamento de suas mercadorias e construções de Camelódromos e outros espaços para realização de suas atividades.

Importante ressaltar que, entre a prefeitura e o MUCA não há uma interlocução, embora se observe certo entendimento entre o poder público e os camelôs de assentamentos e Camelódromos. Devido à heterogeneidade da ocupação, há criação de outros organismos de representação, assim como: Associação dos Trabalhadores Ambulantes da Feira Turística de Copacabana; Associação dos Vendedores Ambulantes da Central do Brasil ; Associação dos Ambulantes do Centro do Rio de Janeiro, etc.

A iniciativa desses movimentos é importante no sentido de contribuir para o seu reconhecimento e potencializar suas experiências para criar novas formas de produzir uma vida que se contraponha a esses novos processos de exploração do trabalho (GOMES, 2006)

A informalidade antes de se constituir como expressão de atraso, deve ser vista como forma de organização e de resistência a um dado tipo de modernidade, que no caso do Brasil, sempre esteve associada à reprodução da desigualdade (RAMALHO, 2004).

Nos tempos atuais, o perfil dos trabalhadores ambulantes, tipicamente urbanos, diversificou-se.

Se no período colonial o ambulante foi importante para a circulação e distribuição de determinados gêneros alimentícios voltados para o mercado interno e oferta de serviços, hoje, os ambulantes se reconfiguraram ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Ao invés de cestos precários muito utilizados pelos ambulantes no século XVIII, alguns camelôs instalados em feiras ou Camelódromos possuem até telefones fixos e celulares e fazem transações com cartão de créditos devido à entrada de tecnologias de informação.

Com a globalização, os produtos comercializados pelos ambulantes na contemporaneidade são, em sua maioria, produtos industrializados e muitas vezes importados, bem diferente dos produtos vendidos pelos atores fotografados por Marc Ferrez, que eram: vendedor de mocotó, vendedora de miudezas, vassoureiro, amolador, etc.

Os ambulantes, no início do século XIX, eram constituídos em grande parte por escravos, com a ofensiva neoliberal, muitos vendedores ambulantes no século XX e XXI são provenientes do mercado formal que foram atingidos pelo desemprego. Nossa pesquisa identificou a existência de um significativo número de estrangeiros realizando trabalho informal, como: argentinos, peruanos, chineses e africanos.

## **V – Considerações Finais**

Nosso estudo pretendeu dar visibilidade a uma situação de trabalho informal - a atividade ambulante. Sabemos que as conquistas constitucionais, fruto de lutas populares durante o processo de redemocratização, não foram efetivadas devido às orientações neoliberais, que ganharam maior força no Brasil nos anos 90 em prol da valorização e eficiência econômica.

Dessa forma, procuramos compreender a origem da atividade ambulante e como esses segmentos permanecem em meio às condições de precarização em que estão inseridos. Focalizamos, portanto, na análise teórica empírica, as características desse segmento do trabalhador informal desde sua origem. Tentamos incorporar os ambulantes não apenas em sua funcionalidade para o capital, mas também enquanto sujeitos produtores de práticas e experiências sociais.

Com isso, fica evidente que o problema que enfrentamos é ao mesmo tempo estrutural e conjuntural, pois a atividade ambulante ainda que metamorfoseada pela dinâmica atual do capitalismo, possui determinantes estruturais. A configuração desse quadro em cada momento tem a participação efetiva dos sujeitos através de suas práticas e experiências que oferecem base para subsistência e luta na direção da transformação social a partir de uma perspectiva popular.

É verdade que os fatores objetivos são de grande monta: o desemprego, o trabalho intermitente, as estratégias de sobrevivência que se concretizam nas ruas da cidade são fenômenos sociais estruturais e, portanto históricos. Desta

forma, a solução dos problemas que afetam essa atividade está para além de sua organização interna, na medida em que encontra obstáculos próprios do sistema capitalista.

Esse cenário introduz questões novas e tem como base a questão da exclusão social no âmbito da globalização que se traduz em: altos níveis de desemprego, perda do poder sindical, reestruturação do mercado do trabalho. Nesse contexto observa-se a expansão do setor de serviços e conseqüentemente, crescimento a nível mundial da informalidade.

Além disso, deve-se observar a problemática relação dos trabalhadores ambulantes com a instância público-governamental.

No caso da relação entre os trabalhadores ambulantes e o poder público municipal (caso do Rio de Janeiro), tornou-se evidente o quanto tem sido difícil pensar soluções, em termos de políticas públicas, não só por falta de um posicionamento mais favorável da prefeitura no sentido de incorporá-los à dinâmica da cidade, mas também pela heterogeneidade desse segmento de trabalhadores em termos políticos, econômicos e sociais, dificultando uma plataforma comum de reivindicações que por sua vez possam ser incorporadas ao partido político como sujeito de transformação social.

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, implementou no primeiro ano de gestão -2009, o chamado “choque de ordem” com o objetivo de revitalizar diversas áreas da cidade. Em reportagem<sup>46</sup> recente, o prefeito disse: “Acabou a bagunça no Rio. Não vamos mais permitir que ambulantes sem

---

<sup>46</sup> Reportagem publicada no Jornal O Globo dia 08/04/2009, página 13.

cadastro trabalhem nas ruas. Não quero que a cidade seja destruída por falta de civilidade.”

Um exemplo atual do chamado “choque de ordem” foi a expulsão de todos os camelôs do Largo da Carioca, no centro do Rio. Segundo a prefeitura, a maioria gostou da mudança, pois todos serão recadastrados dentro do projeto Empresa Bacana que visa transformar os ambulantes em micro empreendedor, mas que será iniciado primeiramente com os ambulantes da Tijuca. Esse projeto, segundo o secretário municipal do Trabalho e Emprego, Augusto Lopes, será uma parceria para que os ambulantes sejam legalizados através da Lei dos Micro empreendedores Individuais (MEI), que entra em vigor no mês de julho deste ano de 2009. O objetivo é que ele passe a contribuir para o INSS. Isso deve dar, em média, R\$ 58 por mês, considerando encargos também com ISS (Imposto sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Assim, o ambulante vai passar a ter aposentadoria e direito à seguridade social.

A idéia ainda é construir dois shoppings populares horizontais na Tijuca para abrigar os novos “investidores” legalizados. Segundo Claudia Alves<sup>47</sup> de 35 anos, ela vai se cadastrar, mas o prefeito não pode é colocar eles trabalhando num lugar onde não vão conseguir vender as mercadorias.

A prefeitura do Rio de Janeiro<sup>48</sup> pontuou que aqueles ambulantes que ficarem de fora do cadastramento oficial para atuar nas ruas, vão poder escolher entre ofertas de curso para se formar em pedreiro, encanador, pintor de parede, jardineiro, manutenção de máquina de lavar, eletricista predial, cuidador de idosos,

---

<sup>47</sup> Reportagem publicada no Jornal O Globo dia 08/04/2009, página 13.

<sup>48</sup> Matéria publicada no site: <http://www.tijuca-rj.com.br/v02/noticias/projeto-empresa-bacana-comeca-a-ser-implantado-com-ambulantes-da-tijuca/>

prestador de serviços domésticos, limpeza de pele, manicure, pedicure, beleza e estética, recepcionista e porteiro.

Para além dessas poucas iniciativas, as estratégias para o “trabalho informal”, segundo os próprios ambulantes investigados, seriam:

- a) a aplicação da legislação laboral (simplificando normas e garantindo seu cumprimento);
- b) o incremento da representatividade dos trabalhadores informais;
- c) extensão dos sistemas de proteção social a esses trabalhadores, mediante mecanismos mais flexíveis de contribuição à previdência e acesso aos benefícios.

A retratação do Estado na área social no sentido de implementar programas consistentes para esta população, garantindo o acesso ao trabalho e a renda faz com que as poucas intervenções em termos de construção de Camelódromos, por exemplo, sejam limitadas e incapazes de contribuir para a superação das desigualdades e acesso ao trabalho.

Os elementos arrolados anteriormente apontam para a necessidade da criação/implantação de um novo modelo econômico para o Brasil, direcionado, particularmente, para a política pública de trabalho, para outros rumos mais condizentes com a realidade específica do país e de seus diferentes espaços (regionais, locais etc.), para que possam se articular de forma não inteiramente dependente da dinâmica global. Para isso é imprescindível levar em conta as estratégias de organização dos trabalhadores ambulantes para potencializar suas práticas sociais.

Além disso, faz-se necessário inserir a problemática da atividade ambulante nas determinações de maior alcance, em termos globais, que passam, principalmente, pelas questões estruturais do mundo do trabalho na contemporaneidade.

As condições de realização da atividade ambulante, devido à subordinação desta à dinâmica produtiva do capital, impõem profundas vulnerabilidades, fazendo que seja desigual o campo de lutas entre os trabalhadores ambulantes e o capital, não apenas tornando-a precária, mas também a colocando numa instância de luta entre os que têm como assegurado o direito ao trabalho e os que são excluídos. Nesse tenso processo de luta por sua sobrevivência e afirmação, esses segmentos ainda conseguem adquirir visibilidade na rua.

Esse estudo aponta que, a atividade ambulante possui um largo passado, que corresponde à ininterrupta busca de inserção, das camadas populares, nos fluxos da renda urbana. Entendemos que é essa busca que tece o encadeamento de sentido da experiência passada e atual. A primeira representada pelos escravos de ganho com tabuleiros de doces, que ofereciam serviços nos espaços públicos, pelos mascates que comercializavam produtos manufaturados, pelos pregoeiros que vendiam vassouras, espanadores etc. enquanto os últimos são encontrados na figura do ambulante imigrante, que vende produtos importados, respondendo a demandas colocadas por novos hábitos domésticos e alimentares e, também, pela nova estética, com os seus ídolos e objetos de culto.

Pelo exposto, reafirmamos que apesar das condições de precariedade, os trabalhadores ambulantes conseguem não apenas tornar-se e manter-se como

ambulante. Mas ainda, em meio às ambigüidades que caracterizam essa atividade apregoada na dinâmica do capital, o feito de “sonhar e sentir o trabalho” como seu.

É mister reconhecer as potencialidades e limitações dessa dissertação, posto que, o comércio ambulante é altamente heterogêneo e abriga uma diversidade de situações sociais. No entanto, discutimos elementos importantes para o entendimento do trabalho ambulante ao longo de nossa história.

## VI – Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999

AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 2003.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. São Paulo: Àtica, 1973.

BARBOSA, M. J. S. *A Resistência do Trabalho Nômade ao Controle de sua Mobilidade na Amazônia* IN: GOMES, M. F. C. M & BARBOSA, M. J. S. (orgs.) *Cidade e sustentabilidade urbana: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro, Pão & Rosas Ed. No prelo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. *O Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*: São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRANDÃO, M. B. A. *Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidade de abordagem no projeto urbano*. Dissertação de Mestrado apresentado na Faculdade de Urbanismo e Arquitetura. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Os Jogos das Trocas: civilização material, economia e capitalismo, séculos XIV-XVIII*. Lisboa/Rio de Janeiro: 1985.

CAMINHA, A. *A Normalista*. São Paulo: Ática, 1973.

CARDOSO, F. H & FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro :Jorge Zahar Editora, 2004.

COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2001

CONSERVA, M. de S. *A Atividade Ambulante e suas Redes de Labirinto em João Pessoa (PB)*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série). Editora Itatiaia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo. 1989. Tomos Primeiro e Quarto.

DUARTE, C. B. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: Estratégias contra a precarização do emprego e a vulnerabilidade social..* Tese de Mestrado em Economia. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2000

FERREZ, Gilberto. *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez*. João Fortes Engenharia e Editora Ex Libris, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESPE, 1997.

GOMES, M. de F. C. M. & REGINENSI, C. *Vendeurs Ambulants a Rio de Janeiro: expériences citadines et défis des pratiques urbaines. Publicado na revista eletrônica: www.cybergeu.eu*

GOMES, M. de F. C. M. *O Trabalho ambulante na globalização: resistência, lutas e alternativas para a transformação das condições de vida e trabalho.* In: GOMES, M.F.C.M. (org.) *Cidade, Transformações no mundo do Trabalho e Políticas públicas.* Rio de Janeiro: D P & A ed. 2006.

----- *Economia Informal e Sustentabilidade urbana- elementos para pensar o caso do Rio de Janeiro.* In: GOMES, M. F. C. M & BARBOSA, M. J. S. (orgs.) *Cidade e sustentabilidade urbana: mecanismos de controle e resistência.* Rio de Janeiro, Pão & Rosas Ed. No prelo,2009.

GORBERG, S.; FRIDMAN, S. A. *Mercados no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

GORENDER, Jacob. *Escravidão Colonial.*São Paulo:Ática,1980

GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil.* Rio de Janeiro:Conquista, 1967

GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.* São Paulo: Boitempo , 1999

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo.* In: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno.* 8. ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro,1990

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras,1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* São Paulo, Cortez, 1983.

IBGE. *Economia informal.* Rio de Janeiro. 1994.

KOWARICK, L.F.F. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994

-----*Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009

LEATE, R. M. D. *Um perfil socioeconômico das pessoas ocupadas no setor informal na área urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE; ENCE, 1996. (Relatórios técnicos)

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

LOBO, E. M. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro. IBEMEC, 1978.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal. A imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES,2000.

Maltesdi ,Cécile Raud. *Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais*. Revista Política& Sociedade. No. 1, set, 2002.

MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo.Campinas: Ensaio/ Unicamp, 1982.

MARTINS, A. M.M. *Ambiências que abrigam o comércio informal no Rio de Janeiro. O estudo de caso do mercado popular da rua Uruguaiana*. In: GOMES, M.F.C.M. (org.) *Cidade, Transformações no mundo do Trabalho e Políticas públicas*. Rio de Janeiro: D P & A ed. 2006.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. I, tomos 1 e 2, Livro primeiro: o processo de produção do capital

------. *O Capital: crítica da economia política: livro I/Tradução de Reginaldo Sant'Anna. -24ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.*

MELO, H. P. e TELES, J. L. *Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Topbooks Editora. Rio de Janeiro, 2000.

OIT, *15ª Conferência de estatísticas do trabalho*. Genebra, janeiro de 1993.

OIT, *Employment, incomes and equality: strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, OIT, 1972

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista o Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003

------. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977

------. *O informal revisitado: Brasil e grandes regiões nos anos 80*. Relatório final, São Paulo: CEBRAP, pp. 1-95, 1991

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo; 2000.

OLIVEIRA, L. *Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n°. 33. Anpocs. 1997

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.

PRADO Jr. C., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942.

RAMALHO, J. P. *Apresentação*. In: RAMALHO & ARROCHELLAS (orgs.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, CAALL, 2004.

REGINENSI, C. & BAUTES, N. *Les Commerçants Ambulants et Leurs Clients a Rio de Janeiro : des Espaces de Sociabilites en Mouvement*. Espaces et Sociétés, vol 1, No. 35. ERES, PARIS, 2008.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTANA, R. N. N. *Metamorfoses Cidadas: construção do urbano, disputas territoriais, segregação socioespacial em São Luis do Maranhão*. Tese de Doutorado em Serviço Social, UFRJ, 2003.

SANTOS, B. de S. (orgs.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: TEM, Senaes, 2006.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

----- *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto, 2000.

----- *O Brasil no contexto do capitalismo internacional*. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, t. III, v. 1, 1975.

SORJ, Bila. *Vendedores ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica*. Tempo e Presença, n° 269, 1993. Rio de Janeiro.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972

TAVARES, M.A. *Os Fios (in) Visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, M. *A questão do desenvolvimento: uma releitura*. In: RAMALHO & ARROCHELLAS (orgs.). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, CAALL, 2004.

\_\_\_\_\_. *As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil*. In: RAMALHO & ARROCHELLAS (orgs.). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, CAALL, 2004

\_\_\_\_\_. *O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal*. Brasília, IPEA, n° 919:2002 (Texto para discussão)

VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e liberto em Porto Alegre*. Passo Fundo:UPF,2002

#### Sites consultados:

[http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta\\_286537.shtml](http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/pergunta_286537.shtml)

[www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)

[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)

[www.trabalho.rj.gov.br](http://www.trabalho.rj.gov.br)

<http://www.cybergeo.eu>

[http://www.mao.com.br/educativo/pdf/fukelman\\_01.pdf](http://www.mao.com.br/educativo/pdf/fukelman_01.pdf).

[www.ess.ufrj.br/faci/](http://www.ess.ufrj.br/faci/)

[www.minerva.ufrj.br](http://www.minerva.ufrj.br)

[www.eclac.org](http://www.eclac.org)

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/imigracao-no-brasil/imigracao-no-brasil.php>

[www.oecd.org](http://www.oecd.org)

[www.caged.gov.br](http://www.caged.gov.br)

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498780.shtml>

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2493>

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

[http://www.administradores.com.br/noticias/economia\\_solidaria\\_pode\\_ser\\_saida\\_para\\_a\\_crise\\_afirma\\_paul\\_singer/22465/](http://www.administradores.com.br/noticias/economia_solidaria_pode_ser_saida_para_a_crise_afirma_paul_singer/22465/)

<http://www.ess.ufrj.br/faci/index.html>

<http://www.tijuca-rj.com.br/v02/noticias/projeto-empresa-bacana-comeca-a-ser-implantado-com-ambulantes-da-tijuca/>

### Jornais Consultados:

Jornal Brasil de Fato

Jornal O Dia

Jornal o Globo

## VII – Anexos

### Anexo I:

#### (1) Decreto n. 997 — de 13 de Outubro de 1904

AUTORIZA O PREFEITO A ESTABELECEER, NA ZONA URBANA DO DISTRICTO FEDERAL, FEIRAS OU MERCADOS LIVRES, MEDIANTE AS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

O Prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a estabelecer na zona urbana do Districto Federal feiras ou mercados livres, os quaes funcionarão aos domingos, dias santos e feriados, nas praças, ruas e avenidas previamente designadas.

Art. 2.º — As feiras ou mercados livres são destinados á venda, exclusivamente a retalho, de fructas, legumes, animaes domesticos, flores, plantas vivas, productos de pequena lavoura e das industrias rurales e de quaesquer generos do commercio, considerados de primeira necessidade, a juizo do Prefeito.

Art. 3.º — Os concorrentes ás feiras ficam isentos de qualquer imposto ou taxa municipal, pagando apenas a contribuição de 200 réis por metro quadrado da área occupada, quando se tratar de productor agricola ou representante de industria rural, e 300 réis pela mesma unidade, em todos os outros casos.

Art. 4.º — A Prefeitura mandará, previamente, delimitar a zona que deve ser occupada pela feira, tendo em vista não prejudicar o transitio.

Art. 5.º — As feiras ou mercados livres funcionarão das 6 ás 11 horas da manhã, durante o verão, e das 7 ás 12, durante o inverno, devendo ser fiscalizados pela Agencia da Prefeitura do respectivo districto.

Art. 6.º — Antes de iniciada a feira, um representante da Prefeitura examinará os productos que vão ser expostos á venda, eliminando aquelles que forem julgados improprios para o consumo.

Art. 7.º — Os productos da pequena lavoura e das industrias connexas serão expostos á venda conforme virem acondicionados dos centros productores; os demais artigos, em installações uniformes, de accordo com os modelos indicados pela Prefeitura.

Art. 8.º — Os productos sujeitos á decomposição pela acção do sol devem ser collocados debaixo de toldos.

Art. 9.º — Os commerciantes que concorrerem ás feiras, deverão

(1) Vide dec. n. 1.126, de 20 de Novembro de 1906, a seguir.

207

solicitar licença gratuita da Prefeitura, especializando no respectivo requerimento as mercadorias com que tiverem de concorrer.

Art. 10. — Os productos que figurarem na feira só poderão ser vendidos fóra, quando o productor ou commerciante tenha pago a necessaria licença.

Art. 11. — Terminada a feira, cada concorrente retirará a sua installação e productos e procederá á limpeza do local que tiver occupado, terminado-a dentro do prazo maximo de uma hora.

Art. 12. — Durante a ultima hora os productores que tomarem parte nas feiras poderão fazer leilão de seus productos.

Art. 13. — Os concorrentes não poderão utilizar para qualquer fim as arvores das praças, ruas ou avenidas, onde se realizarem as feiras.

Art. 14. — A renda das feiras está reservada á fundação e custeio, no Districto Federal, de uma escola pratica de agricultura.

Art. 15. — Serão instituidos premios para os representantes da lavoura e industrias connexas que exhibirem melhores productos na feira que se realizar em dia determinado pela Prefeitura.

Art. 16. — A installação de uma feira ou mercado livre será commemorada, sempre que for possivel, com uma festa das arvores.

Art. 17. — Para a venda de flores, lica, igualmente, o Prefeito autorizado a estabelecer mercados livres, na praça Tiradentes, os quaes funcionarão das 6 horas da manhã á 1 da tarde.

Art. 18. — Fica o Prefeito, igualmente, autorizado a abrir os creditos necessarios para a execução da presente lei.

(1) Art. 19. — A Prefeitura fará regulamentar as presentes disposições.

Art. 20. — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1904. 16.º da Republica.

Francisco Pereira Passos.

Anexo II:

(2) Decreto n. 1.752 — de 19 de Julho de 1916

AUTORIZA O PREFEITO A RESTABELECEER NAS ZONAS URBANA E SUBURBANA DO DISTRICTO FEDERAL, UMA VEZ POR SEMANA, PARA CADA LOCAL E NO DIA UTIL QUE JULGAR CONVENIENTE, FEIRAS OU MERCADOS LIVRES.

O Prefeito interino do Districto Federal :

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a estabelecer nas zonas urbana e suburbana do Districto Federal, uma vez por semana, para cada local e no dia util que julgar conveniente, feiras ou mercados livres, as

---

(1 e 2) Vide dec. n. 1.120, de 19 de Julho de 1916.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)